



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

ANDRESSA GODOY VIEIRA

**ANÁLISE DE EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR
MEIO DE INDICADORES CONTÁBEIS**

**ARIQUEMES - RO
2025**

ANDRESSA GODOY VIEIRA

**ANÁLISE DE EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR
MEIO DE INDICADORES CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro Universitário FAEMA (UNIFAEMA), como
como pré-requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Thyago Vinicius Marques
Oliveira.

**ARIQUEMES - RO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Centro Universitário Faema - UNIFAEMA

Gerada mediante informações fornecidas pelo(a) Autor(a)

V657a VIEIRA, Andressa Godoy

Análise de eficiência na aplicação de recursos públicos por meio de indicadores contábeis/ Andressa Godoy Vieira – Ariquemes/ RO, 2025.

78 f. il.

Orientador(a): Prof. Me. Thyago Vinícius Marques de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)
– Centro Universitário Faema - UNIFAEMA

1.Gestão Pública. 2.Transparéncia Municipal. 3 Execução Orçamentária.
I.Oliveira, Thyago Vinícius Marques de. II. Título.

CDD 657

Bibliotecário(a) Isabelle da Silva Souza

CRB 11/1148

ANDRESSA GODOY VIEIRA

**ANÁLISE DE EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR
MEIO DE INDICADORES CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário FAEMA (UNIFAEMA), como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Thyago Vinicius Marques Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Thyago Vinicius Marques Oliveira.
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

Prof.^a Esp. Gabriella Buratti de Oliveira
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

Prof. Me. Ronaldo Rodrigues Ferreira
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

**ARIQUEMES - RO
2025**

Dedico este trabalho aos meus pais, familiares e amigos, que me apoiaram e incentivaram a seguir em frente com meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por todas as bênçãos que têm derramado em minha vida durante esta caminhada, sendo o meu sustento para concluir mais esta etapa, pois, sem o seu amparo não seria possível chegar até aqui.

Aos meus pais, eu dedico e agradeço por durante este percurso acadêmico estarem ao meu lado. Eles tiveram papel fundamental em minha formação, sempre me apoiaram e me incentivaram nesta caminhada. Apesar de não concluírem seus estudos, sempre foram meu maior exemplo de educação, por meio de sua força, coragem e determinação ao criar três filhos em meio a tanta dificuldade.

Agradeço também a minha avó, que foi praticamente uma segunda mãe para mim. Uma mulher guerreira e persistente em tudo que faz, cuidando de mim como se fosse uma filha. Através de sua dedicação, seu amor incondicional e sua força, desenvolvi o meu caráter para chegar até aqui. Hoje, percebo que minhas conquistas são reflexo do cuidado, incentivo e do amor que recebi de toda minha família.

Ao meu coordenador, professor e orientador, expresso minha sincera gratidão por toda orientação, paciência e disponibilidade que teve por mim. Através de seu apoio, aquilo que poderia ser um fardo transformou-se em uma etapa de crescimento. Obrigada por compartilhar conhecimento e contribuir de forma significativa em meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço, com carinho especial, à minha amiga que se tornou uma irmã, Márcia Caetano de Deus. Nos dias de desânimo, suas palavras e sua presença me deram forças para prosseguir. A universidade acabou me dando muito mais do que um diploma, me deu uma irmã que levarei para o resto da minha vida.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização de mais um sonho. Cada palavra, gesto e incentivo fizeram diferença, fazendo que todos vocês fizessem parte desta conquista.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. JUSTIFICATIVA	16
1.2. OBJETIVOS	16
1.2.1. OBJETIVOS GERAIS	16
1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1. EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	17
2.2. RESPONSABILIDADE FISCAL E TRANSPARÊNCIA.....	19
2.3. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO	20
2.4. TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL E CONTROLE SOCIAL.....	22
3. METODOLOGIA.....	23
4. RESULTADOS ESPERADOS	24
5. EFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS	24
5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA.....	24
6. EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	25
6.1. O QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE.....	26
6.2. ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS.....	27
7. ENDIVIDAMENTO E CAPACIDADE DE PAGAMENTO	28
7.1. LIQUIDEZ GERAL	28
7.2. ENDIVIDAMENTO GERAL	30
8. GASTOS COM PESSOAL.....	31
8.1. COMPROMETIMENTO COM PESSOAL.....	32
8.2. DESPESA COM PESSOAL ATIVO X INATIVO	33
9. GESTÃO FISCAL E ORÇAMENTÁRIA	35
9.1. RESULTADO PRIMÁRIO, SUSTENTABILIDADE FISCAL SOBRE DÍVIDA....	35
9.2. RESULTADO NOMINAL, IMPACTO DA DÍVIDA AO LONGO PRAZO.....	36
9.3. EXECUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA	37
9.4. SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO.....	39

10. QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO.....	40
10.1. EFICIÊNCIA DO INVESTIMENTO PÚBLICO	40
11. SUSTENTABILIDADE DA DESPESA PÚBLICA	42
11.1. RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA	42
11.2. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA	43
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	47
APÊNDICE A – INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO	51
APÊNDICE B – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	52
APÊNDICE C – DADOS PARA CÁLCULOS DO QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE.....	53
APÊNDICE D – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	53
APÊNDICE E – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL ...	53
APÊNDICE F – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL	54
APÊNDICE G – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE COMPROMETIMENTO COM O PESSOAL	54
APÊNDICE H – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL ATIVO X INATIVO	54
APÊNDICE I – DADOS PARA CÁLCULOS DO RESULTADO PRIMÁRIO, SUSTENTABILIDADE FISCAL SOBRE DÍVIDA	54
APÊNDICE J – DADOS PARA CÁLCULOS DO RESULTADO NOMINAL, IMPACTO DA DÍVIDA AO LONGO PRAZO	55
APÊNDICE K – DADOS PARA CÁLCULOS DA EXECUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA.....	55
APÊNDICE L – DADOS PARA CÁLCULOS DO SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	55
APÊNDICE M – DADOS PARA CÁLCULOS DE EFICIÊNCIA DO INVESTIMENTO	

PÚBLICO.....	55
APÊNDICE N – DADOS PARA CÁLCULOS DE RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA ..	56
APÊNDICE O – DADOS PARA CÁLCULOS DE DEPENDÊNCIA FINANCEIRA ..	56
ANEXO A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2023	57
ANEXO B - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2024.....	59
ANEXO C - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) 2023	61
ANEXO D - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) 2024.....	62
ANEXO E - BALANCETE DO RAZÃO 2023	63
ANEXO F - BALANCETE DO RAZÃO 2024.....	67
ANEXO G - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2023	71
ANEXO H - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2024	72
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL 2023	73
ANEXO J - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL 2024	76
ANEXO K - DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PLÁGIO.....	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Indicadores de avaliação da eficiência na gestão pública no município de Ariquemes/RO.....	51
TABELA 2 – Dados para cálculos do índice de execução da receita	52
TABELA 3 – Dados para cálculos do quociente da execução orçamentária corrente	53
TABELA 4 – Dados para cálculos do índice de execução orçamentária	53
TABELA 5 – Dados para cálculos do índice de liquidez geral.....	53
TABELA 6 – Dados para cálculos do índice de endividamento geral.....	54
TABELA 7 – Dados para cálculos do índice de comprometimento com o pessoal.....	54
TABELA 8 – Dados para cálculos do índice de despesa com pessoal ativo x inativo	54
TABELA 9 – Dados para cálculos do resultado primário, sustentabilidade fiscal sobre dívida	54
TABELA 10 – Dados para cálculos do resultado nominal, impacto da dívida ao longo prazo	55
TABELA 11 – Dados para cálculos da execução da despesa empenhada	55
TABELA 12 – Dados para cálculos do superávit/déficit orçamentário	55
TABELA 13 – Dados para cálculos de eficiência do investimento público	55
TABELA 14 – Dados para cálculos de rigidez orçamentária	56
TABELA 15 – Dados para cálculos de dependência financeira	56

LISTA DE SIGLAS

ART. – Artigo

CF – Constituição Federal

CNM – Confederação Nacional de Municípios

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DCL – Dívida Consolidada Líquida

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto Sobre Serviços

LAI – Lei de Acesso à Informação

LC – Lei Complementar

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PPA – Plano Plurianual

RCL – Receita Corrente Líquida

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RO – Rondônia

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Execução da receita.....	25
GRÁFICO 2 – Quociente da execução orçamentária corrente.....	26
GRÁFICO 3 – Índice de execução orçamentária	28
GRÁFICO 4 – Liquidez geral	29
GRÁFICO 5 – Endividamento geral	31
GRÁFICO 6 – Comprometimento com pessoal.....	33
GRÁFICO 7 – Despesa com pessoal ativo x inativo.....	34
GRÁFICO 8 – Resultado primário, sustentabilidade fiscal sobre dívida.....	36
GRÁFICO 9 – Resultado nominal, impacto da dívida a longo prazo	37
GRÁFICO 10 – Execução da despesa empenhada.....	38
GRÁFICO 11 – Superávit/déficit orçamentário	40
GRÁFICO 12 – Eficiência do investimento público.....	41
GRÁFICO 13 – Rigidez orçamentária	43
GRÁFICO 14 – Dependência financeira.....	44

ANÁLISE DE EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR MEIO DE INDICADORES CONTÁBEIS

***ANALYSIS OF EFFICIENCY IN THE APPLICATION OF PUBLIC RESOURCES THROUGH
ACCOUNTING INDICATORS***

Andressa Godoy Vieira¹

Thyago Vinicius Marques Oliveira²

RESUMO

Este estudo analisou a eficiência da gestão dos recursos públicos no município de Ariquemes-RO referente aos exercícios de 2023 e 2024, considerando a relevância dos indicadores na avaliação de desempenho administrativo e transparência. O objetivo foi examinar indicadores de arrecadação, execução orçamentária, endividamento, liquidez, gastos com pessoal e gestão fiscal, relacionando sua evolução com a queda do índice de transparência no período.

A análise se baseou em uma abordagem quantitativa e documental, através de dados coletados no Portal de Transparência da Prefeitura de Ariquemes e no Tribunal de Contas de Rondônia. Os resultados indicaram uma execução orçamentária eficiente, redução no endividamento e uma melhora na liquidez geral, porém estes indicadores estiveram acompanhados da baixa liquidez imediata, aumento das despesas correntes e oscilação do resultado primário. Os dados também apontam que a complexidade crescente da execução orçamentária pode ter contribuído para a redução da transparência.

Conclui-se que os objetivos foram alcançados e que a gestão apresentou eficiência moderada, com avanços fiscais, mas também fragilidades que impactaram a transparência e o equilíbrio de curto prazo. O estudo reforça a importância dos indicadores contábeis como instrumento de avaliação e aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Palavras-chave: gestão pública; transparência municipal; execução orçamentária.

ABSTRACT

This study analyzed the efficiency of public resource management in the municipality of Ariquemes-RO for the fiscal years 2023 and 2024, considering the relevance of indicators in evaluating administrative performance and transparency. The objective was to examine indicators of revenue collection, budget execution, indebtedness, liquidity, personnel expenses, and fiscal management, relating their evolution to the decline in the transparency index during the period.

The analysis was based on a quantitative and documentary approach, using data collected from the Transparency Portal of the Municipality of Ariquemes and the Court of Auditors of Rondônia. The results indicated efficient budget execution, a reduction in indebtedness, and an improvement in overall liquidity; however, these indicators were accompanied by low immediate liquidity, increased current expenses, and fluctuations in the primary result. The data also suggest that the increasing complexity of budget execution may have contributed to the reduction in transparency.

It is concluded that the objectives were achieved and that the management showed moderate efficiency, with fiscal advances, but also weaknesses that impacted transparency and short-term balance. The study reinforces the importance of accounting indicators as an instrument for evaluating and improving municipal public management.

Keywords: public management; municipal transparency; budget execution.

1. INTRODUÇÃO

No início dos anos 90, o Brasil estava enfrentando uma grande crise, como afirma o autor "A economia brasileira do início dos anos 90 estava em um momento muito delicado, com alta inflação crônica, baixos índices de crescimento do produto, péssima distribuição de renda, uma enorme dívida externa a pagar, dada a frustrante saga dos anos 80" (ANTUNES, 2001, p. 64). Esse cenário impactou diretamente as contas públicas do país, o que culminou na criação do Plano Real de 1994, implementado pelo governo de Itamar Franco, o plano tinha como objetivo fortalecer a moeda brasileira e diminuir a inflação.

O governo de Itamar considerou a necessidade de uma reconstrução na administração, visto que houve grande burocracia, problemas com a implementação do Plano Real e enfrentamento da crise financeira. Já em 1995, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi publicado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Três anos depois, o Poder Executivo presidido por Fernando Henrique Cardoso aprovou uma Emenda Constitucional nº 19, responsável por modificar os princípios e normas da administração pública.

Em razão disso, levou à criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei Complementar nº 101/2000, promulgada no dia 4 de maio de 2000. A LRF busca garantir a eficiência das entidades públicas, essa lei é dividida em quatro pilares: Planejamento, Transparéncia, Controle e Responsabilização. Esses pilares têm uma grande importância na avaliação dos recursos realizados pela administração, o que contribui para o aprimoramento da utilização dos bens do estado.

O planejamento acontece pelo estabelecimento de metas publicadas nas leis orçamentárias o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Sendo responsáveis pela transparéncia através da prestação de contas do estado e da execução orçamentária. O controle é realizado de forma contínua das despesas e receitas para obter o equilíbrio das contas públicas. Desta forma, os gestores têm uma responsabilidade maior em casos de descumprimentos das normas vigentes.

Em 2009, a LRF foi modificada pela Lei Complementar nº131/2009, houve uma alteração em relação a transparéncia das contas públicas, sendo criada exatamente para exigir mais transparéncia dos órgãos públicos, o que estabeleceu que as informações dos relatórios de execução financeiro e orçamentário deveriam ser disponibilizadas em tempo real para a população, segundo relatado pelos autores “passou a determinar a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento por parte da sociedade, em tempo real, de todas as informações acerca da execução orçamentária e financeira da administração pública,

principalmente em mecanismos eletrônicos de acesso público, como o portal da transparência” (LOPES; LACERDA, 2021. p. 243).

Neste contexto, a contabilidade pública tem a obrigação de fornecer relatórios que atendam às exigências legais, tanto no que se refere à elaboração orçamentária quanto à execução financeira. No entanto, embora esses relatórios contenham uma grande quantidade de dados, muitas vezes não conseguem demonstrar, de forma clara, o real desempenho da administração pública. Segundo Pimentel (2019), a utilização de relatórios analíticos de desempenho amplia a capacidade de qualificação dos gastos públicos, permitindo uma análise mais aprofundada e promovendo maior eficácia no planejamento e monitoramento das atividades governamentais.

Como exemplo, em 2024, o município de Ariquemes, localizado no estado de Rondônia, alcançou o nível diamante em “Qualidade e Transparência das Contas Públicas”, de acordo com dados publicados no site do Radar de Transparência do Tribunal de Contas do Estado (TCE) onde mostrou o resultado de todo o município em conjunto com os dados da prefeitura e câmara de vereadores, com o índice 72,43%. No entanto, em 2023, o município atingiu um índice superior, alcançando o índice de 84,60%, conforme divulgado pelo Radar de Transparência. Levantando vários questionamentos em relação ao seu impacto e possíveis fatores que contribuíram para essa diminuição.

De acordo com Oliveira, Oliveira e Silva (2023), quando a administração não aplica indicadores contábeis em sua rotina de trabalho, não há como medir o alcance das atividades, prejudicando o seu gerenciamento. Os indicadores são essenciais para que o gestor consiga analisar o que acontece dentro da organização independente da confiabilidade dos dados, para que os problemas sejam analisados em busca de sua correção e que os resultados positivos sejam mantidos.

Além disso, seguindo a perspectiva de Silva (2021), percebe-se que a análise do desempenho na administração pública, por meio das demonstrações fiscais e contábeis, é uma ferramenta essencial para a gestão dos entes públicos e na execução das políticas públicas, dado que a partir da análise dos demonstrativos os administradores alcançam uma melhor perspectiva para a tomada de decisões, contribuem para um melhor desempenho administrativo e auxiliam na prevenção de grandes impactos em momentos de crise.

Diante do que foi exposto, entende-se que o problema fundamental que guiará este estudo é: “Como a gestão dos recursos públicos em Ariquemes, analisada através de indicadores contábeis, reflete na eficiência organizacional e na transparência municipal?” Por meio desta

pergunta pode-se compreender de maneira aprofundada sobre a administração fiscal do município e suas implicações para a sociedade.

1.1. JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pela importância de avaliar a eficiência dos recursos públicos através de indicadores contábeis, observado a crescente demanda por transparência na administração municipal de Ariquemes-RO. Através dos resultados obtidos neste trabalho, contribuirá na compreensão de como estão sendo utilizados os recursos públicos no município, auxiliando assim nas tomadas de decisões e na transparência das contas perante a sociedade.

Nesse contexto, a análise de eficiência das demonstrações também pode contribuir no aumento da eficiência da aplicação dos recursos públicos, o que diminui o desperdício dos recursos e sua ineficiência em sua utilização, o que facilita no acompanhamento da fiscalização tanto pela sociedade quanto pelos órgãos de controle, sendo um grande auxiliador na prevenção de fraudes através da avaliação de seu desempenho.

Portanto, entende-se que a realização da análise de eficiência dos recursos públicos é essencial para garantir o desenvolvimento da gestão financeira sobre os fundos públicos municipais, obtendo assim o uso mais consciente dos recursos, reduzindo as irregularidades e contribuindo na transparência das contas públicas, pois, a análise dos indicadores de eficiência tornou-se uma grande ferramenta que auxilia neste processo de tomada de decisões e de avaliação de eficiência da administração pública.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVOS GERAIS

Analisar a eficiência na aplicação dos recursos públicos pela Prefeitura de Ariquemes-RO, por meio da utilização de indicadores, com o propósito de avaliar a conformidade da gestão orçamentária e financeira às normas da administração pública, bem como a eficácia na alocação e utilização desses recursos.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais indicadores contábeis utilizados para avaliar a eficiência dos gastos públicos no município de Ariquemes-RO.

- Coletar registros financeiros e contábeis disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Ariquemes-RO, com foco em receitas, despesas e execução orçamentária.
- Analisar as demonstrações contábeis e financeiras do município à luz dos princípios da administração pública e da contabilidade aplicada ao setor público.
- Comparar os dados financeiros entre diferentes exercícios, bem como os padrões de eficiência estabelecidos pelos órgãos de controle externo, como o TCE-RO.
- Evidenciar possíveis inconsistências ou fragilidades na alocação de recursos e propor recomendações para melhorar a eficiência da gestão pública municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A administração pública no Brasil iniciou-se no período Colonial, tendo como seu primeiro modelo o patrimonialista. Nesse modelo não há uma separação entre os interesses públicos e os interesses privados, dessa forma a administração pública é definida por meio de critérios de convicção pessoal dos governantes (CAMPELO, 2010). Neste contexto, houve um acontecimento histórico muito importante que fortaleceu este modelo, pois, durante o período napoleônico a família real portuguesa temendo ser invadida pelas tropas de Napoleão Bonaparte, decidiu fugir para o Brasil em 1808. Com isso, o modelo de administração pública patrimonialista, já existente desde o início da colonização, fortificou-se ainda mais com a chegada da família real ao Brasil, pois havia um grande impacto na influência da monarquia em cima das questões administrativas. (FAORO, 2001).

Este modelo também permaneceu durante o Império e a Primeira República, perdendo força a partir de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, de acordo com BRESSER-PEREIRA (1998). Durante esse período, iniciou-se a reforma do Estado Novo (1937), o que acabou contribuindo no fortalecimento da mudança de modelo. Em 1938, criou-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com objetivo de combater a ineficiência que havia na prestação de serviços públicos e na reorganização da administração.

O DASP foi um departamento primordial na execução dos objetivos do governo, organizando os orçamentos, classificando cargos do funcionalismo, introduzindo novos métodos e novas técnicas para os serviços burocráticos (universalizando

procedimentos), organizando processos seletivos de funcionários por meio de concurso (meritocráticos) e criando cursos de aperfeiçoamento em administração pública, os primeiros no Brasil. (RABELO, 2015, p. 134)

Com o passar do tempo, o modelo patrimonialista foi substituído pelo modelo de administração pública burocrático, sendo fundamentado por Max Weber. Neste novo modelo, houve uma separação entre os interesses públicos e privados dos governantes, sendo sua administração pautada em leis e normas que atendiam à sociedade como um todo. Segundo Chiavenato (1994), a burocacia acabou garantindo o alcance dos objetivos com alta eficiência, por ser baseada na racionalidade.

No entanto, segundo descrito por Bresser-Pereira (1998), ao final dos anos 60 interpretou-se uma reforma gerencial da administração pública devido o enfrentamento da crise econômica que se instaurou no país e havia também uma necessidade muito grande de modernização para garantir uma gestão pública de melhor qualidade. Essa reforma aconteceu durante o Regime Militar, sobre a crença que o Estado não era capaz de manter uma administração centralizada, portanto essa reforma iniciou-se por meio do decreto de lei nº 200/1967.

O Decreto-Lei Nº 200/1967 permitiu às empresas estatais condições de funcionamento compatíveis com as do setor privado, gerando maior competitividade. Os princípios que a Administração Pública Federal deveria seguir eram: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle. Estabelecia a distinção entre a administração direta (os ministérios e demais órgãos diretamente subordinados ao presidente da República) e a indireta, constituída pelos órgãos descentralizados (autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista). (SOUZA, 2019, p. 12)

Já em 1979, iniciou-se o Programa Nacional de Desburocratização, sob a participação do economista Hélio Beltrão, nomeado como ministro da Desburocratização. Conhecido por ser um grande crítico do modelo burocrático da administração pública, Beltrão apresentou uma proposta política de descentralização, tendo uma gestão voltada mais para o cidadão, o seu objetivo principal seria a “retirar o usuário da condição colonial de súdito para investi-lo na de cidadão, destinatário de toda a atividade do Estado” (Beltrão, 1984: 11).

Entretanto, em 1988, houve um retrocesso da administração pública fortalecendo ainda mais o modelo burocrático, isto aconteceu devido à promulgação da nova Constituição Federal. Com essa nova estruturação dos órgãos públicos, o poder executivo perdeu a autonomia, necessitando de leis instituidoras ou autorizativas para exercer sua gestão (SOUZA, 2019). A Constituição Federal de 1988, teve grande importância também ao estabelecer regras claras para

a gestão fiscal e orçamentária ao definir os princípios da administração pública. A Partir deste ponto houve uma reestruturação nos instrumentos de planejamento.

Em 1995, instaurou-se o plano diretor da reforma do aparelho do Estado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pois observava-se que havia uma necessidade de modernização do Estado, acarretando uma evolução da administração pública brasileira. Segundo Nolla (2021), houve prioridade na eficiência da prestação de serviços públicos ao invés dos processos e procedimentos. Essa mudança provocou uma ruptura com o modelo burocrático, sendo este modelo substituído pelo gerencial baseado na eficiência do resultado como ocorre no setor privado.

O modelo gerencial estimulou o planejamento estratégico, por meio de indicadores de desempenho e o fortalecimento do controle interno, permitindo maior transparência e a realização de análise dos resultados alcançados, construindo para uma administração pública voltada a resultados e ao cidadão (NOLLA, 2021).

Portanto, entende-se que a administração pública brasileira passou por diversos modelos, em busca de uma maior eficiência e transparência de sua administração. Essa evolução foi essencial para o crescimento do país, contribuindo diretamente para a existência de um controle eficiente das contas públicas.

2.2. RESPONSABILIDADE FISCAL E TRANSPARÊNCIA

A Lei Responsabilidade Fiscal (LRF), introduzida no ordenamento jurídico no ano 2000, por meio da Lei Complementar nº 101/2000, estabeleceu a responsabilidade na gestão fiscal para o administrador. Esta lei permitiu o desenvolvimento da gestão fiscal dos recursos públicos, possibilitando a prevenção de riscos e a correção de desvios aptos a afetar o equilíbrio das contas públicas, por meio de ações pautadas no planejamento e transparência (SILVA; IZÁ, 2020).

Segundo Silva e Izá (2020), o objetivo principal da LRF seria tornar a máquina estatal mais eficiente, garantindo o equilíbrio fiscal entre a receita e despesa, por meio da imposição de limites nos gastos públicos e fixação das receitas, obrigando, assim, o cumprimento do planejamento orçamentário.

De acordo com os §1º e §2º do art. 4º da LRF 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) obtém um papel fundamental no planejamento orçamentário, pois, acaba definindo prioridades do governo, as metas fiscais de arrecadação e gastos, sendo responsável por manter o equilíbrio das receitas e despesas públicas.

Nesse contexto, em 2009, foi acrescentada à LRF nº 101/2000 a Lei Complementar 131/2009, conhecida como Lei da Transparência, que tornou obrigatória a divulgação dos dados da gestão pública principalmente por meios eletrônicos de acesso público, para que a população também tenha acesso, em tempo real, às informações divulgação do orçamento, tornando assim um instrumento de transparência.

Portanto, percebe-se que a LRF, em conjunto com a Lei da Transparência, houve um fortalecimento em relação ao planejamento e responsabilidade da gestão pública. Ao impor limites, definir metas e garantir o acesso da população às informações orçamentárias, entende-se que essas normas contribuem de forma efetiva para uma administração equilibrada e alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e transparência.

2.3. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO

O orçamento público é uma forma de planejar como será gerido o dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Sendo extremamente importante na garantia dos serviços públicos de qualidade, além de garantir que haja transparência perante a população, na especificação dos gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes.

Dessa forma, o orçamento se torna uma ferramenta responsável por detalhar as receitas estimadas e despesas autorizadas. Em função disso, entende-se que as receitas são estimadas devido à variação na arrecadação dos tributos, enquanto as despesas continuam a serem fixas dentro no orçamento, para que se tenha a garantia que os governantes não gastem mais do que foi arrecadado.

Com a especificação das despesas públicas, o orçamento acaba permitir visualizar melhor quais seriam as prioridades definidas pelo governo em cada ano de exercício, como por exemplo a quantidade de recursos que foram destinados para a educação, transporte e saúde. Esse acompanhamento contribui também para garantir a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, auxiliando assim na melhoria da gestão governamental (Portal da Transparência, 2024).

A uma certa complexidade na elaboração destes orçamentos, pois envolve duas prioridades da população brasileira e de seus governantes. O Brasil tem cerca de 212,6 milhões de habitantes segundo dados divulgados pelo IBGE, com isso se torna complexo a elaboração das prioridades de um país dessa dimensão populacional, principalmente quando comparamos com a quantidade de habitantes e o seu tamanho territorial. No entanto, esse planejamento se torna algo essencial para obter uma boa gestão dos recursos e uma distribuição mais igualitária.

Segundo o Portal da Transparência, essas leis são elaboradas pelo Poder Executivo, que propõe em que sua vigência entra em vigor a partir do segundo ano de mandato e se encerra no primeiro ano de mandato do próximo governante eleito.

De acordo com Meressi (2022), o plano é centralizado pelo poder executivo que estabelece as diretrizes, os objetivos e metas para despesas governamentais, conforme a Constituição Federal. Sendo fundamental destacar que o plano plurianual necessita compatibilizar o projeto do governo eleito, com as políticas públicas em andamento e a previsão dos recursos disponíveis para o período de vigência de 4 anos. Os projetos são entregues ao Congresso Nacional, representado pelo Poder Legislativo, responsável por sua aprovação. Dessa forma, deputados e senadores eleitos pela população têm o poder de influenciar o rumo do orçamento, ajustando-o às leis segundo às necessidades fundamentais da população que representam.

Ainda assim, a CF de 1988, estabeleceu regras claras para a gestão fiscal e orçamentária ao definir os princípios da administração pública. A Partir deste ponto houve uma reestruturação nos instrumentos de planejamento envolvendo várias etapas, sendo que há três que se destacam são a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual é uma lei orçamentária definida com o prazo de 4 anos, relativas ao mesmo mandato presidencial, sendo ferramenta estratégica na tomada de decisões. Sua elaboração iniciou-se no primeiro ano de mandato, ou seja, em seu ano de posse, porém sua validade inicia apenas no exercício seguinte, para que promova a continuidade administrativa, de forma que os novos gestores possam avaliar e até aproveitar partes do plano que está sendo encerrado, assegurando a continuidade administrativa. (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2025).

Na Lei de Diretrizes Orçamentária atua como um intermediador do que foi definido no planejamento da PPA e o que será executado na LOA. Segundo esta lei é elaborada anualmente, sendo responsável por estabelecer metas e prioridades do governo para o exercício seguinte, definindo limites para os poderes, dispõe sobre gastos com pessoal, política fiscal e regras para transferências de recursos da União, garantindo coerência e responsabilidade na elaboração da LOA. (BRASIL, Prefeitura de Ariquemes, 2025). Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, a LDO “determina quais metas e prioridades do PPA serão tratadas no ano seguinte - além de trazer algumas obrigações de transparência.”

Através desta definição de prioridades, a LOA é elaborada. Sendo responsável por detalhar a execução do orçamento para o exercício seguinte. Conforme o Portal da

Transparéncia, a LOA representa a etapa final do ciclo orçamentário, convertendo o planejamento em autorização da previsão de receitas, que são estimadas devido às variações possíveis na arrecadação tributária, e na fixação das despesas, de modo a evitar gastos superiores aos valores arrecadados. Assim, a LOA define quanto será aplicado em cada área, a origem dos recursos e as ações que serão executadas durante o ano, garantindo eficiência, transparéncia e responsabilidade fiscal na gestão pública.

2.4. TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL E CONTROLE SOCIAL

Por meio da Lei nº 4.320/64, consolidou-se um marco de alta relevância para o país, por ser responsável pela elaboração, execução e regulação dos orçamentos públicos (CONTI; PINTO, 2014). No mesmo sentido, a Lei Complementar nº 101/2000 determinou a obrigatoriedade da elaboração de demonstrativos contábeis, destacando-se o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

De acordo com o Tesouro Nacional Transparente, o RREO, divulgado a cada bimestre, consolida as informações de receitas e despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de cada ente federado e, conforme o art. 165, §3º, da CF/88, devendo ser publicado por municípios, estados e pela União.

O RGF, no entanto, é elaborado quadrimensalmente, monitora indicadores fiscais como gastos com pessoal, dívida consolidada, garantias e operações de crédito, evidenciando o cumprimento dos limites fixados pela LRF. Esses instrumentos legais estruturam o planejamento orçamentário e fortalecem a prestação de contas da gestão pública municipal, permitindo o acompanhamento e controle dos recursos aplicados, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2012).

Como auxílio para a visibilidade desses demonstrativos, houve a criação da lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). A partir dessa lei, os cidadãos obtiveram o direito ao acesso de dados governamentais públicos, alinhando-se aos padrões internacionais de governo aberto. Para acompanhar esses dados em tempo real, a população pode utilizar plataformas oficiais de transparéncia.

Do mesmo modo, municípios e estados mantêm portais próprios de transparéncia onde publicam o RREO, RGF, balancetes, demonstrativos contábeis e demais dados fiscais, permitindo que qualquer cidadão acompanhe a execução orçamentária. Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) e os tribunais de contas estaduais desenvolveram painéis interativos, como o “Radar de Transparéncia”, que facilitam a análise comparativa dos gastos públicos e ampliam o controle social sobre a aplicação dos recursos.

3. METODOLOGIA

Para obter um melhor direcionamento em relação à transparéncia nas contas públicas no município de Ariquemes, é necessário que seja realizada uma análise de dados publicados pela própria prefeitura em seu portal. A partir de dados retirados do portal da prefeitura de Ariquemes e do Portal de Transparéncia do Tribunal de Contas do Estado (TCE) será realizado uma análise de dados nos anos de 2023 e 2024, para que se possa compreender o nível de gestão do município.

Sendo também observado a variação do nível de transparéncia pública de um período para o outro, percebendo que há uma necessidade de uma análise comparativa entre os períodos, para que seja possível medir as variações dos indicadores, sugerir possíveis melhorias, medir a qualidade da gestão pública do município em comparação ao seu nível de arrecadação e endividamento entre os dois anos, tendo como base os dados disponibilizados nos portais oficiais.

A ferramenta utilizada para a construção de gráficos e tabelas será o Excel, para obter uma melhor visualização, organização e controle de dados analisados, em que serão comparados os índices de 2023 e 2024 através de gráficos. Os indicadores serão divididos em tópicos onde analisará primeiramente o ano de 2023 e em seguida o ano 2024, ao fim das análises individuais será realizado um estudo comparativo entre os períodos. Haverá uma explicação inicial em cada tópico para uma melhor compreensão do trabalho.

Os indicadores analisaram a eficiência orçamentária em seu planejamento e execução, o seu comprometimento com a receita de pagamento de salários a servidores, o financiamento municipal, o nível de dependência do repasse dos recursos públicos, a aplicação dos recursos públicos no município e o nível do risco fiscal do município de Ariquemes-RO. Todos esses dados serão analisados e explicados neste trabalho, essa análise seguirá o cronograma disponibilizado na tabela localizada no Apêndice A.

Através da análise dos indicadores, serão sugeridas soluções possíveis para os problemas observados. No entanto, as sugestões não serão implementadas neste estudo, pois este trabalho se trata de uma análise documental dos dados publicados pelos portais governamentais, seguindo em uma linhagem de estudo de caso voltada a gestão pública municipal de Ariquemes-RO.

A abordagem utilizada é a quantitativa por analisar dados do tipo descritivo e exploratório, usufruindo de um método indutivo, logo não se trata de uma pesquisa de ação ou experimental, por não ser possível aplicar às sugestões de mudanças durante a elaboração deste trabalho. Todos esses requisitos, entre outros, serão avaliados durante a criação deste trabalho.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Do ponto de vista acadêmico, este estudo busca fortalecer a base teórica sobre a análise das aplicações de recursos públicos através de indicadores de eficiência, colaborando para futuras pesquisas na área. No âmbito prático, espera-se que este trabalho auxilie prefeituras e órgãos de gestão na criação de projetos que desenvolvam uma melhor eficiência em relação à utilização dos recursos públicos.

5. EFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

A eficiência de arrecadação de tributos está diretamente relacionada ao dever constitucional de cobrança e gerenciamento de receitas. Segundo dispõe a CF de 1988, Art. 156 o município se torna responsável de instituir e arrecadar tributos de sua competência, sendo assim, ao analisar este indicador, torna-se possível avaliar não apenas o cumprimento do dever constitucional de arrecadação, mas também medir a capacidade municipal de arrecadação sem a dependência de repasses externos.

5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA

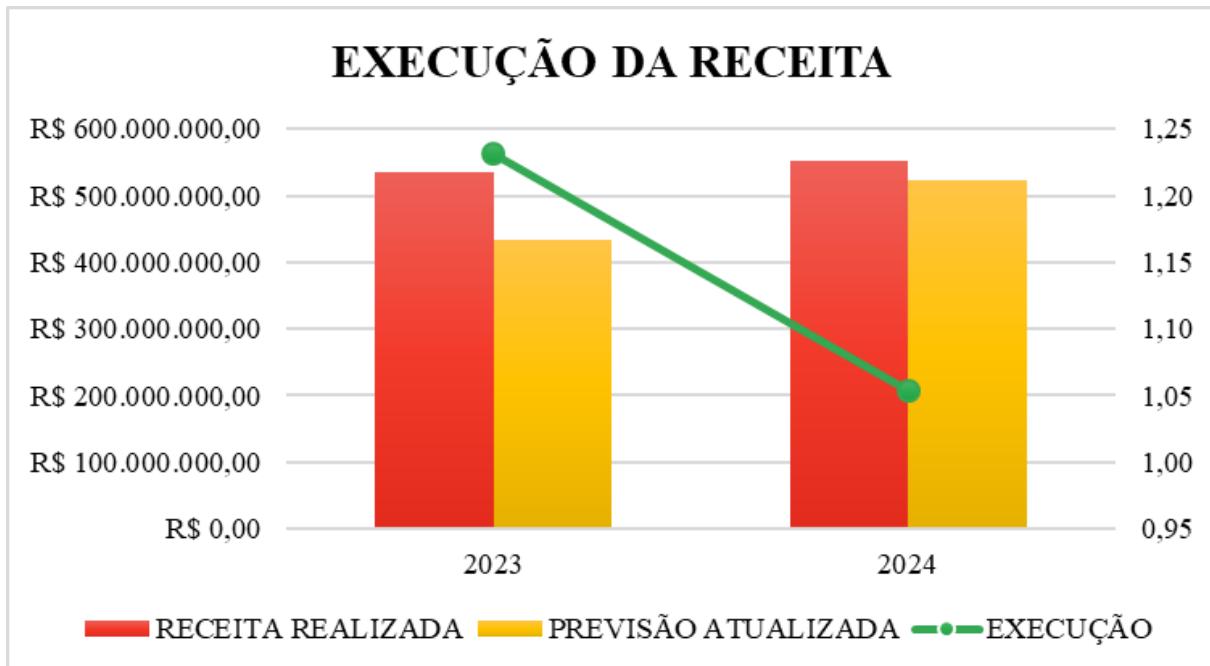
Conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2012), “O quociente de Execução da Receita é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas”. Desta forma, ao analisar o balanço orçamentário (Anexos I e II), identificou-se o superávit de arrecadação municipal nos dois exercícios avaliados, conforme demonstrado no gráfico elaborado a partir dos dados apresentados no Apêndice B.

Em 2023, o índice representou 1,23, indicando portanto, um crescimento em sua arrecadação em relação à receita prevista, demonstrando um desempenho robusto da receita corrente, pois houve um aumento na arrecadação de IPTU e ISS, como descrito no Anexo III, evidenciando uma melhora na cobrança e fiscalização tributária e também pode-se analisar que as receitas decorrentes de transferência da união e do estado superaram as expectativas previsto com um aumento de 22,6%, sendo arrecadado R\$302.533.849,84, enquanto o previsto era de R\$ 246.715.248,59. É importante destacar que a conta de receita patrimonial houve um aumento de 39,42% através de rendimentos provenientes de valores mobiliários.

Em 2024, seu crescimento ocorreu de forma moderada. A receita realizada foi de R\$551.554.830,86, superando o previsto com o índice de execução 1,05. Entretanto, quando comparamos com a arrecadação por meio de transferências, percebemos que foi arrecadado mais do que o ano de 2023. Porém, a previsão de arrecadação de 2024 teve um aumento de

20,63%. Desta forma, a execução da receita foi menor do que em 2023. Houve também uma redução significativa na receita patrimonial de 42,8%. Estava previsto R\$62.965.048,25 em sua arrecadação, mas foi arrecadado apenas R\$26.937.416,52, conforme descrito no Anexo IV.

GRÁFICO 1 – Execução da receita



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos I e II organizados no Apêndice B.

A análise da execução evidenciou uma evolução da maturidade fiscal entre os dois anos, de maior precisão no planejamento e equilíbrio fiscal, com redução das oscilações nas receitas financeiras e comparação entre previsão e arrecadação efetiva. A composição da receita migrou para fontes mais estáveis, aumentando sua previsibilidade, por meio das transferências e impostos, reforçando a solidez e previsibilidade da execução orçamentária municipal.

6. EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A eficiência de sua execução está estabelecida na LRF, responsável por determinar no item I do Art. 5º, que “conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas”, reforçando a necessidade de controle, transparência e planejamento. Assim, ao avaliar este indicador significa verificar se as despesas foram realizadas conforme o previsto na LOA e se sua execução apresentou tempestividade e eficácia.

6.1. O QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

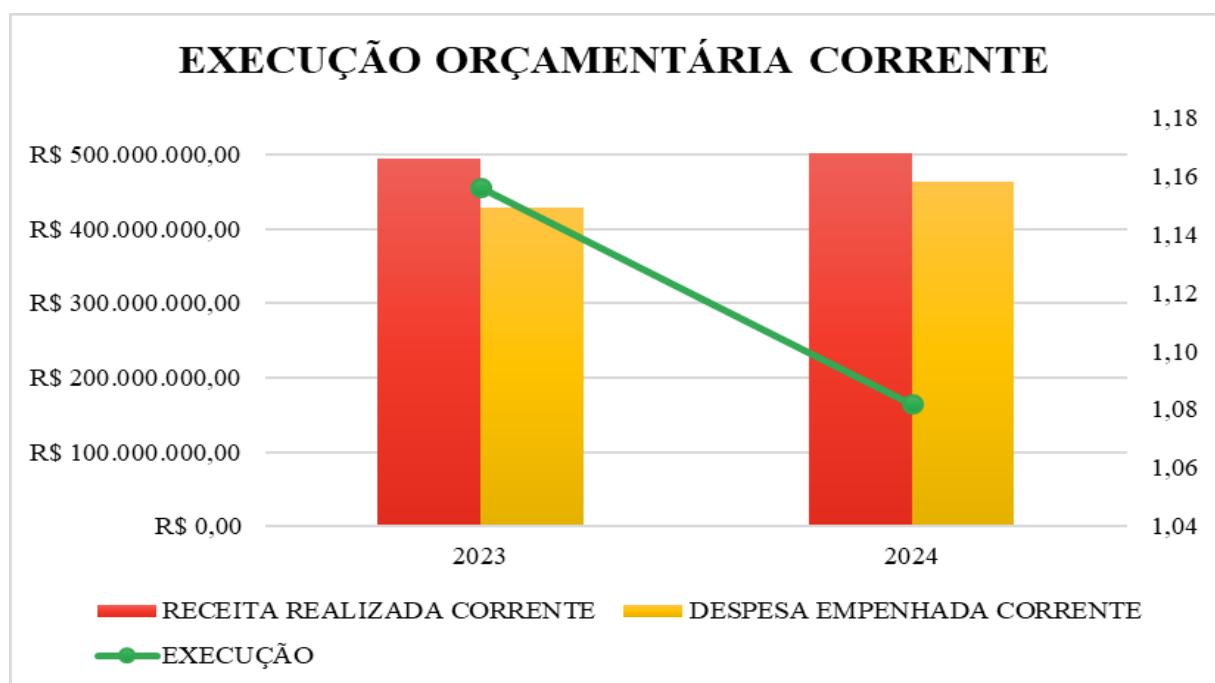
De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2012, p. 15), este quociente

“é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes”. Para realizar esta análise, utilizou-se o balanço orçamentário (Anexo I e II), do qual foram extraídos os dados necessários que se encontram organizados no Apêndice C.

Em 2023, o município apresentou um quociente de sua execução orçamentária de 1,16, destacando-se que houve um grande controle das despesas correntes no período, pois sucedeu uma contenção no crescimento das despesas com pessoal e uma gestão mais prudente de outras despesas correntes. Conforme relatado no tópico da execução da receita, as transferências correntes superaram o previsto em 122,6% e suas receitas patrimoniais também superaram em 139,4%. Esse resultado evidencia eficiência no planejamento, refletindo uma gestão eficiente das despesas e um forte desempenho de arrecadação de receitas.

Em 2024, o índice de quociente de execução apresentou uma redução de 1,08. Apesar do recuo, a execução ainda demonstrou um equilíbrio fiscal. Sendo este resultado associado ao crescimento modesto da receita corrente, enquanto suas despesas aumentaram cerca de 8,1% em relação ao ano anterior, devido ao aumento das despesas decorrentes do crescimento das contas “despesas com pessoal” e de “outras despesas correntes”. Observa-se, também, a redução significativa na receita patrimonial, como relatado no tópico 5.1. Ainda assim, mesmo diante do aumento das despesas empenhadas e da dotação, o município ainda obteve um superávit.

GRÁFICO 2 – Quociente da execução orçamentária corrente



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos I e II organizados no Apêndice C.

Portanto, o índice apresentado no gráfico faz uma comparação entre a receita realizada corrente e despesa empenhada corrente, medindo a capacidade do município de arcar com suas despesas através de recursos próprios e transferências correntes. Assim, a variação apresentada entre os dois períodos (1,16 e 1,08) não indicou incapacidade na execução, mas sim a manutenção dos recursos suficientes, mostrando que através do ajuste orçamentário houve um planejamento realista e adequado ao controle das despesas e receitas adquiridas no período.

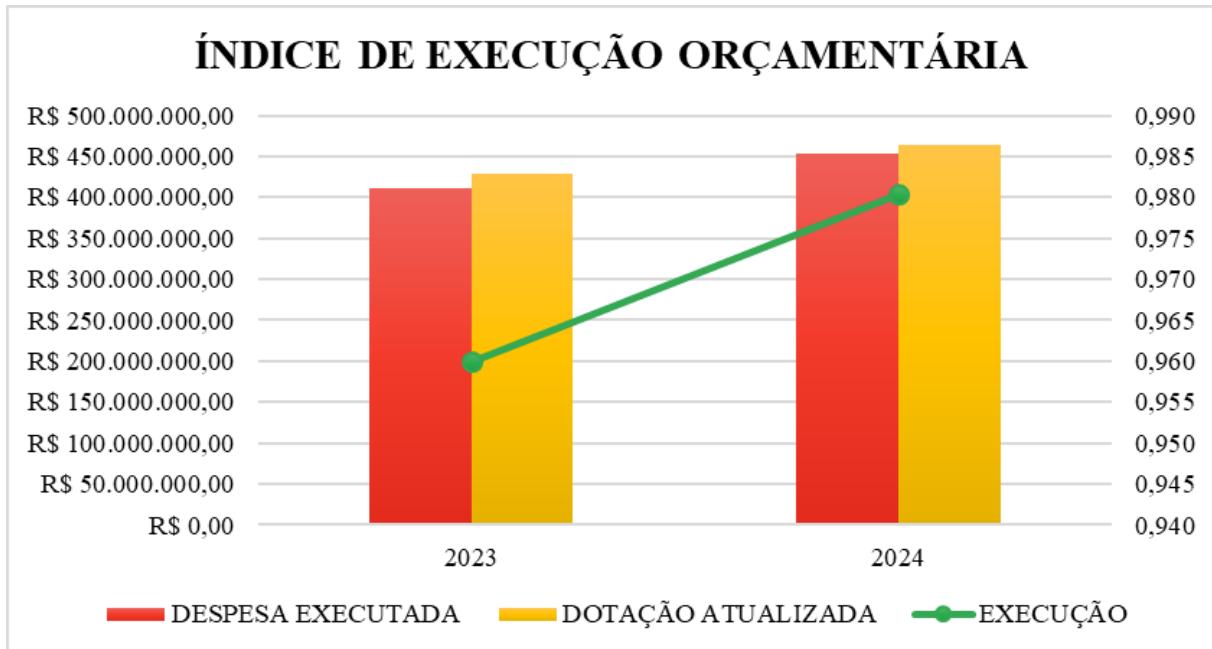
6.2. ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2012, p. 15), a execução “é resultante da relação entre a Despesa Executada e Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo de planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária”. Os dados foram retirados do balanço orçamentário localizados no anexo I e II, organizados no Apêndice D.

Em 2023, o índice de execução orçamentária aproximou-se de 0,96, indicando que quase toda sua dotação autorizada foi relativamente convertida a despesa realizada. Entre as categorias analisadas, destaca-se que as “Outras Despesas Correntes” apresentaram forte participação, com execução de R\$168.637.038,50, demonstrando estabilidade das despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública. Nas “Despesas de Capital”, apresentaram forte discrepância entre o valor autorizado e o efetivamente executado. Embora a dotação tenha sido de R\$132.125.780,14, a execução real alcançou apenas R\$12.597.809,64, evidenciando um nível extremamente baixos de implementação de projetos estruturais, sendo responsável pelo baixo desempenho especificamente nos investimentos.

Em 2024, o índice evoluiu para 0,98, aproximando-se da utilização da dotação. As “Outras Despesas Correntes” cresceram tanto em dotação quanto em execução, indicando maior pressão sobre despesas contínuas da máquina pública. As “Despesas de Capital”, apesar de ainda baixas, apresentaram crescimento expressivo em relação a 2023, alcançando R\$43.632.553,75 executados, o que demonstra avanço na capacidade de execução de projetos. Já os “Investimentos” registraram aumento significativo, refletindo priorização de ações específicas dentro da estrutura de capital.

GRÁFICO 3 – Índice de execução orçamentária



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos I e II organizados no Apêndice D.

Desta forma, percebe-se que o município manteve alta eficiência orçamentária. Em 2023, apresentou uma execução de capital relativamente baixa em relação ao ano de 2024, o que indica dificuldade na realização de projetos. No entanto, em 2024, houve retorno parcial desta execução, ao mesmo tempo em que cresceram as despesas correntes e os investimentos em despesas de capital.

7. ENDIVIDAMENTO E CAPACIDADE DE PAGAMENTO

O acompanhamento do endividamento e de sua capacidade de pagamento decorre do art. 1º, §1º, da LRF, que dispõe “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”. Desta forma, torna-se possível analisar o índice de capacidade do município de honrar com seus compromissos.

7.1. LIQUIDEZ GERAL

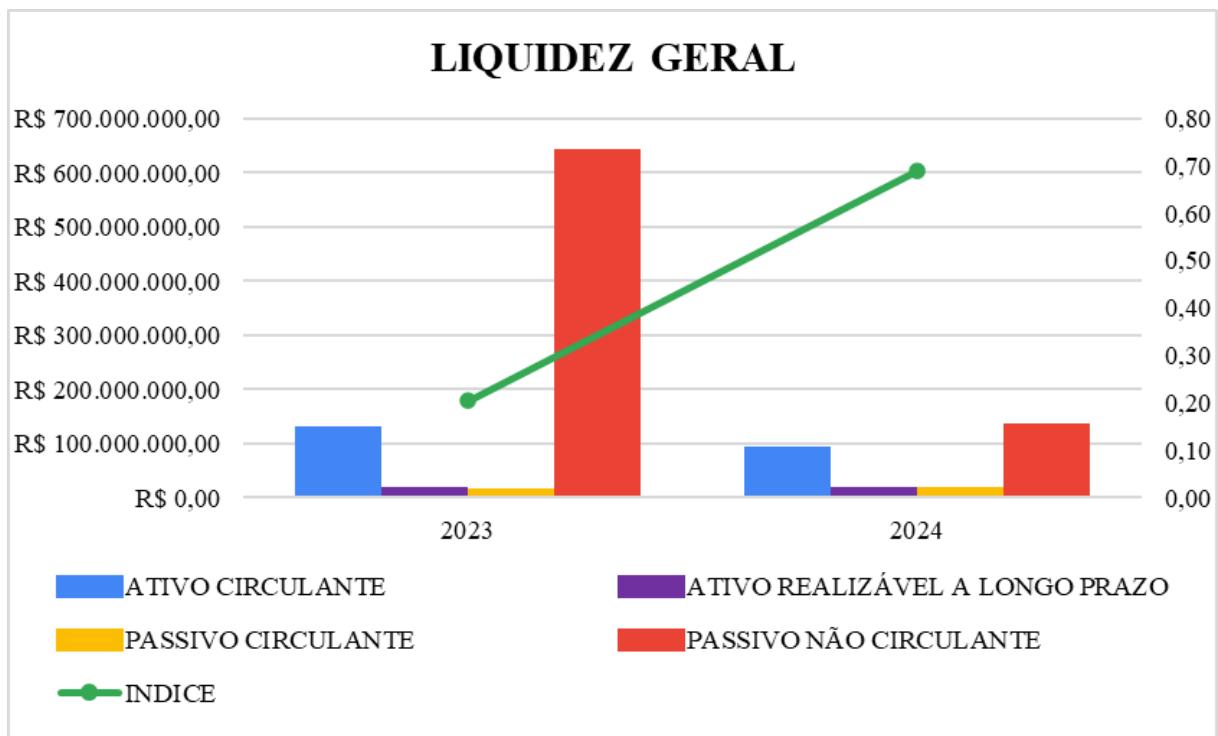
A liquidez geral também conhecida como ou índice de solvência geral, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2012, p. 38), “é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos”, ou seja, é um índice que é responsável por medir a capacidade financeira da instituição de cumprir com suas obrigações de curto a longo prazo

através de dados retirados do balanço razão e organizados no Apêndice E.

Em 2023, o índice foi de 0,20, sendo grande parte relacionada às obrigações de longo prazo, especialmente a empréstimos, encargos sociais e compromissos trabalhistas parcelados, o que eleva significativamente o Passivo Não Circulante. Embora o Ativo Circulante fosse robusto, a presença de um Passivo elevado reduzia a capacidade da entidade de honrar suas exigências. Além disso, o Ativo Realizável a Longo Prazo tinha menor representatividade e contendo créditos cuja realização dependia de fatores externos, como recuperação de dívida ativa. Esse conjunto resultou em um índice de liquidez geral baixo, refletindo uma situação de solvência limitada diante da estrutura de obrigações existentes.

No exercício de 2024, apresentou o índice de 0,68, houve uma redução significativa do Passivo Não Circulante, especialmente pela diminuição de obrigações de longo prazo, como dívidas financeiras e encargos trabalhistas que, no ano anterior, apresentaram valores superiores. Em contrapartida, houve queda relevante ao Ativo Circulante, sobretudo em bancos e aplicações, evidenciando menor liquidez imediata. No Ativo Realizável a Longo apresentou aumento, entretanto seu crescimento foi impulsionado por crédito tributário e por ajustes de perdas, indicando maior risco de não realização efetiva dos valores registrados. No curto prazo, as obrigações se intensificaram, com aumento das despesas relacionadas a salários, férias e demais encargos trabalhistas do Passivo Circulante.

GRÁFICO 4 – Liquidez geral



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos V e VI organizados no Apêndice E.

Apesar da elevação do índice de liquidez geral entre 2023 e 2024, não houve uma melhora significativa na capacidade financeira da entidade, pois a qualidade do ativo diminuiu, gerando risco operacional a curto prazo. O indicador aumentou essencialmente pela forte redução do Passivo Não Circulante, e não pelo aumento das disponibilidades de ativos líquidos. Ao contrário, a liquidez imediata diminuiu, enquanto o curto prazo passou a exercer maior pressão operacional devido ao aumento das obrigações com pessoal. Assim, embora o índice tenha mostrado evolução em 2024, a análise qualitativa demonstra que a posição financeira se tornou mais sensível, com ativos de menor qualidade e passivos concentrados em prazos mais curtos, revelando maior vulnerabilidade operacional.

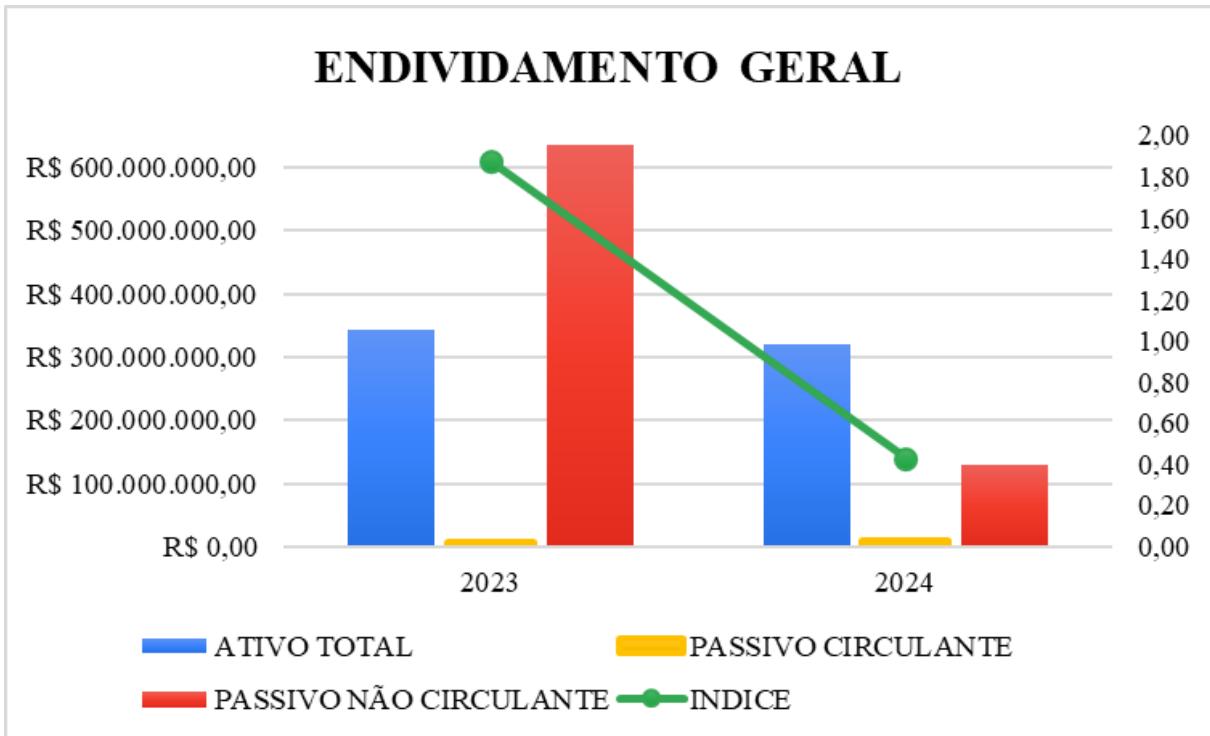
7.2. ENDIVIDAMENTO GERAL

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2012, p. 38), “esse índice demonstra o grau de endividamento da entidade. Reflete também a sua estrutura de capital”, para realizar o seu cálculo é necessário somar o Passivo Circulante mais o Passivo Não-Circulante e dividi-lo pelo ativo total. Os dados encontram-se organizados no Apêndice F pertencentes aos Anexos V e VI.

No exercício de 2023, o grau de endividamento mostrou-se elevado, alcançando o índice de aproximadamente 1,87, resultado associado ao volume expressivo de obrigações no Passivo Não Circulante, como relatado no índice anterior. O Ativo Total, embora significativo, não era suficiente para compensar o montante das dívidas de curto e longo prazo, revelando uma estrutura de capital fortemente dependente de recursos de terceiros. A composição do passivo evidenciava compromissos substanciais de longo prazo, como empréstimos, encargos e obrigações trabalhistas parceladas, reforçando uma posição financeira mais vulnerável.

Em 2024, o índice reduziu para 0,43, refletindo uma mudança estrutural relevante na composição das obrigações. Essa queda está diretamente ligada à diminuição do Passivo Não Circulante, que apresentou valores muito inferiores em relação ao ano anterior. Apesar de o Passivo Circulante ter aumentado devido às obrigações trabalhistas, o volume total de dívidas reduziu em proporção maior que o Ativo Total. O índice demonstrou um cenário de menor dependência de capitais de terceiros, embora ainda persista a necessidade de atenção quanto à capacidade de liquidez imediata devido ao aumento das exigências de curto prazo.

GRÁFICO 5 – Endividamento geral



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos V e VI organizados no Apêndice F.

Por fim, percebe-se que houve uma mudança significativa na estrutura de endividamento. Enquanto em 2023 o índice apresentou crescimento superior a 1, em 2024 apresentou uma inversão, resultando em uma redução no endividamento. Contudo, a queda do indicador decorreu principalmente da redução abrupta do Passivo Não Circulante, e não de um fortalecimento do ativo. Assim, apesar da melhora no índice, é necessário entender que parte do ajuste decorre de reestruturação das obrigações e de diminuição do passivo a longo prazo, podendo não refletir plenamente uma melhora operacional ou financeira no curto prazo.

8. GASTOS COM PESSOAL

A LRF estabelece limites para gastos com despesas com pessoal ao determinar, em seu Art. 19º da Lei Complementar nº 101, de 2000 que “despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida”. Portanto, faz-se necessária uma análise dos indicadores para verificar o cumprimento dos limites legais e em sua avaliação do grau de rigidez das contas públicas, em conjunto com sua responsabilização.

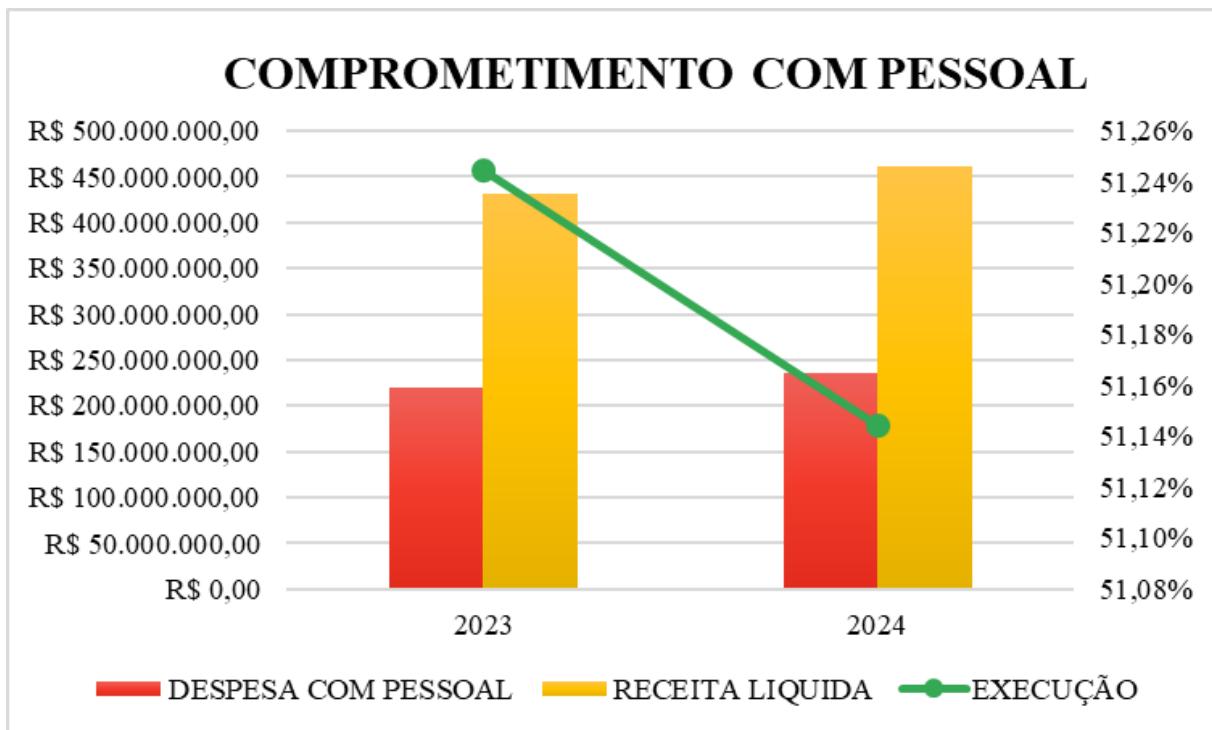
8.1. COMPROMETIMENTO COM PESSOAL

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM, s.d., p. 1), “o aumento descontrolado do gasto com pessoal compromete os recursos para investimentos e custeio das prefeituras, além de gerar problemas legais para os gestores locais”. Portanto, a análise sobre o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal torna-se essencial para avaliar o equilíbrio fiscal municipal. Assim, utilizando-se dos dados extraídos dos (Anexos VII e VIII), examina-se a evolução desse indicador de acordo com os limites estabelecidos pela LRF.

Em 2023, 51,24% da Receita Corrente Líquida (RCL) esteve comprometido com as despesas com pessoal, ficando próximo do limite de prudencial por 0,06%, de acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF, que determina que seja abaixo de 51,30%. No entanto, mesmo estando dentro dos limites legais, há uma necessidade de se manter em alerta, pois as despesas com pessoal estão relativamente infladas. Ao realizar uma análise mais profunda, percebe-se que boa parte de seus gastos está relacionado a pessoas ativas e, além de terem restos a pagar não processados na conta “Outras despesas variáveis”, o que evidencia que há despesas empenhadas e que não foram liquidadas dentro do período do exercício.

Em 2024, houve um aumento com as despesas com pessoal no valor de R\$236.168.833,71, mas ao mesmo tempo o índice diminuiu para 51,14%, pois também houve um aumento na RCL no valor de R\$461.767.973,26, sendo os dados retirados dos Anexos III e VI. Demonstrando um equilíbrio fiscal através do crescimento proporcional de ambas as partes. No entanto, deve-se ainda manter-se em alerta pois está com 0,16% por cento abaixo do limite prudencial.

GRÁFICO 6 – Comprometimento com pessoal



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos VII e VIII organizados no Apêndice G.

Ao observar o gráfico com dados relativos ao Apêndice G, percebe-se que sua execução reduziu, de forma mínima, sobre o comprometimento da RCL, porém ambos os exercícios se mantiveram em torno de 51%. Sendo responsável pelo crescimento das despesas, a receita o acompanhou, mantendo índice em instabilidade. Portanto, o município trabalhou dentro dos limites legais e manteve o controle das despesas, sem infringir a LRF. No entanto, é necessário um monitoramento de forma contínua, pois os indicadores se mantiveram muito próximos do limite prudencial de 51,30%.

8.2. DESPESA COM PESSOAL ATIVO X INATIVO

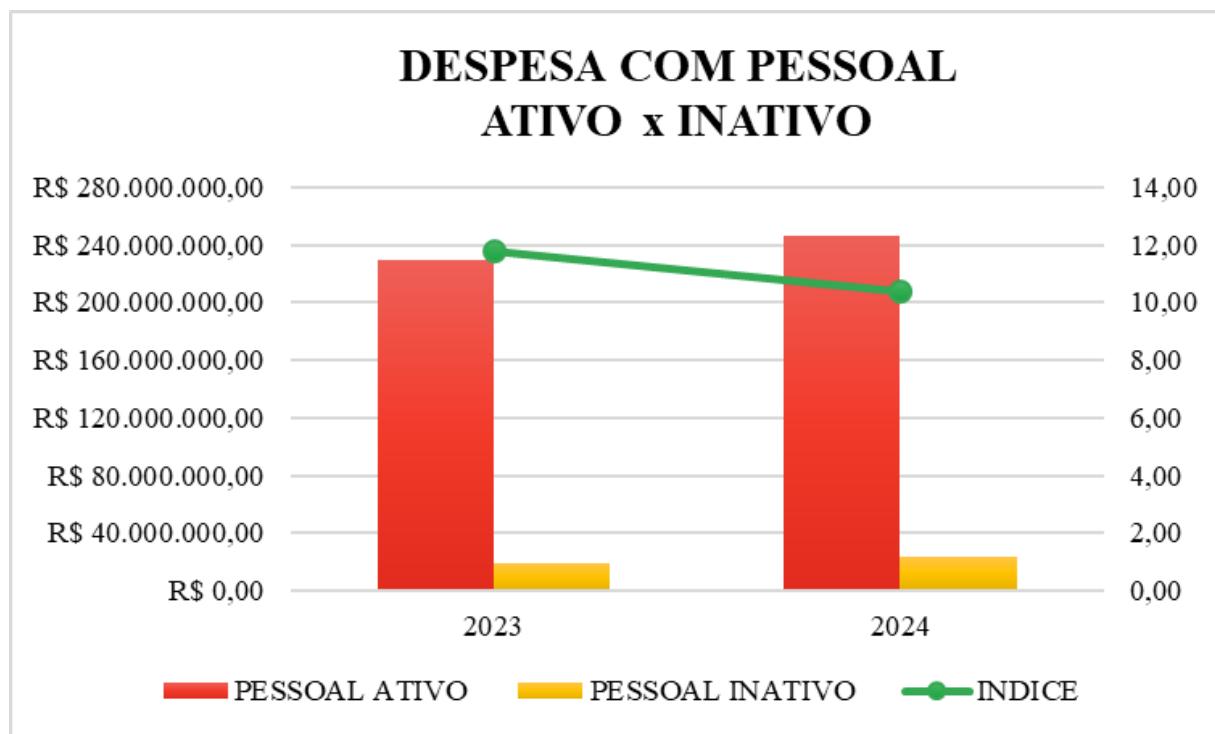
De acordo com o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, “é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda [...] ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo” (BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 21, I, b). Nesse sentido, torna-se essencial a análise dos servidores ativos e inativos, pois mudanças nesse equilíbrio podem impactar na capacidade fiscal futura do município.

Em 2023, foram gastos com pessoal ativo R\$229.091.797,27 e com os inativos R\$19.409.776,61, representando um índice de 11,80, ficando em destaque no valor de R\$25.662.949,39 a conta “Outras despesas variáveis”, sendo seus gastos em sua maioria

concentrado no quadro de pessoal efetivas, respeitando o equilíbrio fiscal, mas é possível reparar sinais de crescimento das despesas durante o ano de 2023.

Em 2024, o índice diminuiu para 10,38, foram gastos com pessoas ativas o valor de R\$246.646.848,44 e com inativos de R\$23.751.158,34, havendo um aumento de 22,37% na conta “Aposentadorias, Reserva e Reformas” referente ao ano de 2023, ao mesmo tempo a conta de “obrigações patronais” diminuíram, o que pode explicar essa migração de partes dos servidores para o inativo. Outro ponto relevante, está relacionado a conta “Outras despesas de pessoal decorrentes a contratos terceirizados” refletindo uma mudança na estrutura de contratação por meio de terceiros, sendo inexistente em 2023, mas respaldado pelo §1º do art. 18 da LRF.

GRÁFICO 7 – Despesa com pessoal ativo x inativo



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos VII e VIII organizados no Apêndice H.

Portanto, o município seguiu os parâmetros da LRF, mesmo havendo um aumento progressivo em suas despesas com os inativos em 2024, evidenciando um envelhecimento de servidores, podendo causar uma pressão previdenciária futura caso não seja acompanhada. Ao mesmo tempo houve uma predominância e aumento de servidores públicos em operação, contribuindo para que o município ainda se mantivesse em equilíbrio fiscal, mesmo havendo uma redução em seu índice, como observado no gráfico elaborado com dados descritos no Apêndice H.

9. GESTÃO FISCAL E ORÇAMENTÁRIA

A gestão fiscal e orçamentária segue as diretrizes estabelecidas na LRF, disposto no Art. 4º, onde é tratado sobre a responsabilidade do gestor em assegurar a existência do equilíbrio entre receitas e despesas. Deste modo, a análise desses indicadores evidencia se o município realiza um planejamento adequado e se faz uso da transparência e da responsabilidade na condução das contas públicas e metas fiscais.

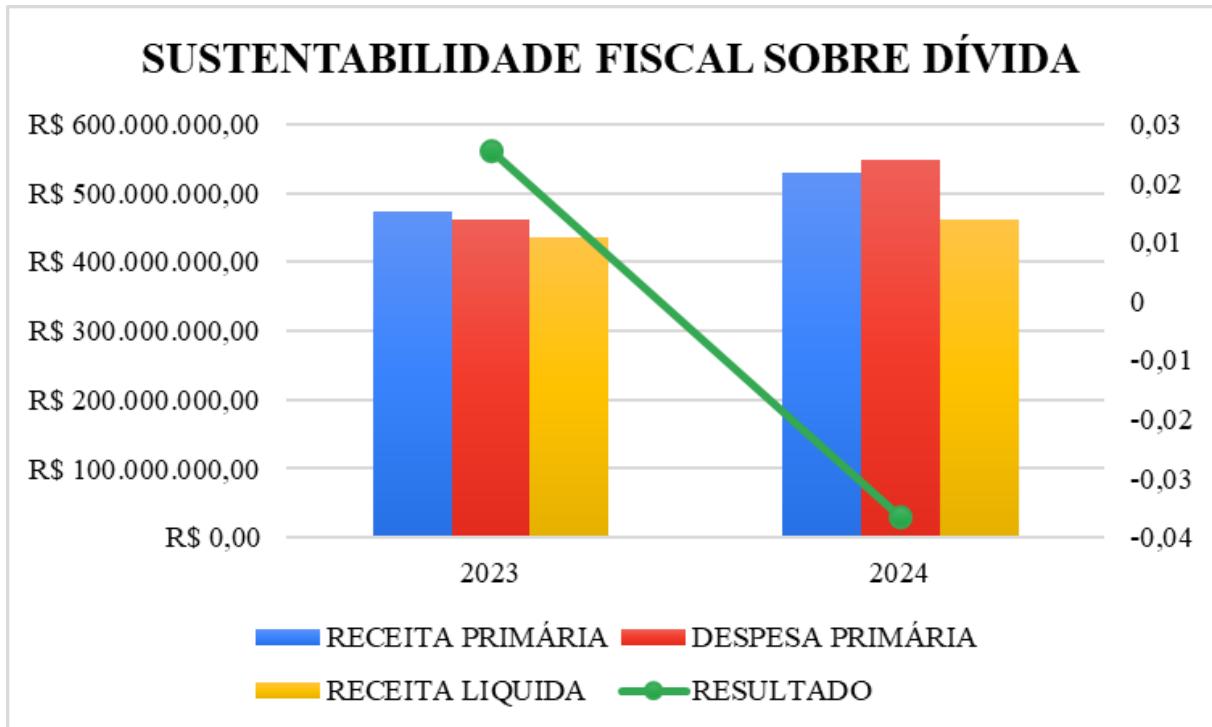
9.1. RESULTADO PRIMÁRIO, SUSTENTABILIDADE FISCAL SOBRE DÍVIDA

Este índice foi utilizado para identificar se as receitas estão sendo suficientes para cobrir as despesas, utilizando-se o cálculo do resultado primário, obtido pela subtração das receitas primárias pelas despesas primárias, dividindo ao fim pela receita corrente líquida. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o “Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário [...] para o exercício a que se referirem” (BRASIL, 2000, LC nº 101, art. 4º, §1º). Os dados utilizados constam nos Anexos IX e X e foram organizados no Apêndice I para elaboração do gráfico.

Em 2023, a receita primária alcançou o equivalente a R\$473.038.052,08, enquanto a despesa primária totalizou R\$461.891.338,88, obtendo um resultado primário superavitário de R\$11.146.713,20, sendo o resultado maior do que a meta fixada pela LDO, com o valor corrente de R\$12.981.414,73, demonstrando o controle de suas despesas públicas e um crescimento no equilíbrio fiscal. Ao comparar com o nível de endividamento com a RCL, vemos que a receita atingiu a capacidade de suprir com todas as despesas primárias, favorecendo a existência da sustentabilidade fiscal e contribuiu para a redução do endividamento em relação a RCL, resultando o índice equivalente a 0,02.

Já em 2024, obteve um resultado deficitário de - 0,03, reduzindo sua capacidade de endividamento, pois parte da RCL esteve comprometida com despesas que supriram a arrecadação, aumentando o nível de endividamento, com sua receita primária no valor de R\$530.113.313,37 e suas despesas primária equivalente a R\$546.951.546,45. Ao analisar o demonstrativo, percebe-se que houve um aumento expressivo com despesas de capital relacionada a subconta investimento, sendo a única conta das despesas primárias superior ao ano de 2023. Ao final, o município não conseguiu atingir a meta fiscal fixada na LDO, obtendo o valor de R\$24.025.192,00 negativo, ficando em déficit.

GRÁFICO 8 – Resultado primário, sustentabilidade fiscal sobre dívida



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos IX e X organizados no Apêndice I.

Portanto, mesmo havendo a reversão, o município não manteve o mesmo nível de endividamento observado em 2023, pois o resultado primário deficitário de 2024 diminuiu a capacidade fiscal de financiamento com receitas próprias. Ainda assim, o endividamento manteve-se dentro dos limites legais estabelecidos pelos Arts. 4º, 29, 30 e 53 da LRF e os Arts. 85 e 105 da Lei nº 4.320/1964, pois embora o aumento das despesas de capital e de pessoal tenha impedido a geração de receita suficiente para financiar as despesas correntes.

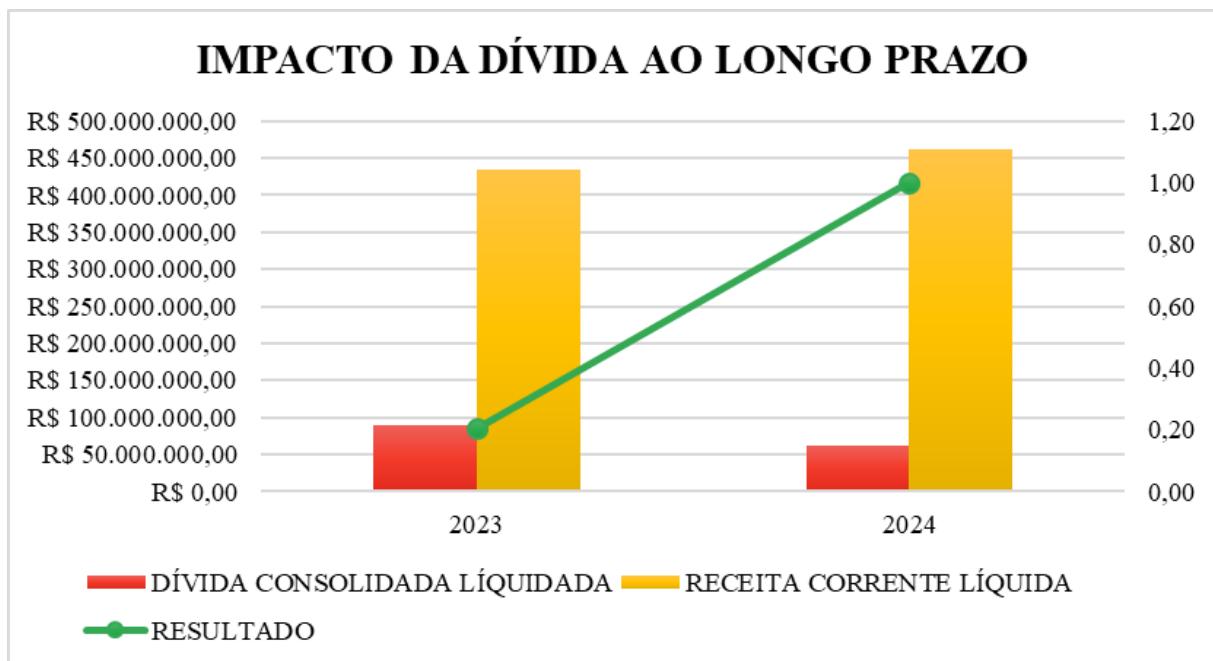
9.2. RESULTADO NOMINAL, IMPACTO DA DÍVIDA AO LONGO PRAZO

Para identificar o nível de endividamento em relação à receita corrente líquida, foi calculada a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) dividida pela Receita Corrente Líquida, representando o resultado nominal e o impacto da dívida ao longo do tempo. Conforme descrito pelo Brasil, Tesouro Nacional Transparente (s.d.), “a partir da razão DCL/RCL foi calculado se o ente cumpre o limite de endividamento (200% para estados e 120% para municípios), se está no patamar de alerta (acima de 180% para estados e 108% para municípios) ou se está descumprindo o limite”. Os dados utilizados constam nos Anexos IX e X e foram organizados no Apêndice J para elaboração do gráfico.

Em 2023, o indicador registrou o índice de 0,204, equivalente a 20,4% dos limites legais. A DCL representou uma dívida inferior ao arrecadado no valor de R\$88.697.195,08 enquanto sua RCL foi de R\$434.505.610,54, indicando uma folga fiscal.

Em 2024, a DCL esteve menor que o ano anterior R\$61.216.484,49 e sua receita obteve um aumento de R\$461.767.973,26, obtendo uma redução em sua dívida proporcional ao aumento de sua receita, representada pelo índice 1 que equivale a 10%. Entretanto, ao observar o demonstrativo nominal obteve um déficit de R\$ -15.085.272,92 em relação a sua meta, refletindo um desequilíbrio entre receitas e despesas total, pois houve um aumento das despesas em relação a arrecadação da receita.

GRÁFICO 9 – Resultado nominal, impacto da dívida a longo prazo



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos IX e X organizados no Apêndice J.

Portanto, este gráfico demonstrou que em ambos os períodos a RCL apresentou superioridade em cima da DCL, porém em 2024 ao analisar o índice de resultado verificou-se que a dívida passou a representar uma parcela maior da receita, elevando o impacto da dívida a longo prazo, ou seja, refletiu maior pressão da dívida sobre as receitas, associado ao déficit nominal observado no período.

9.3. EXECUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA

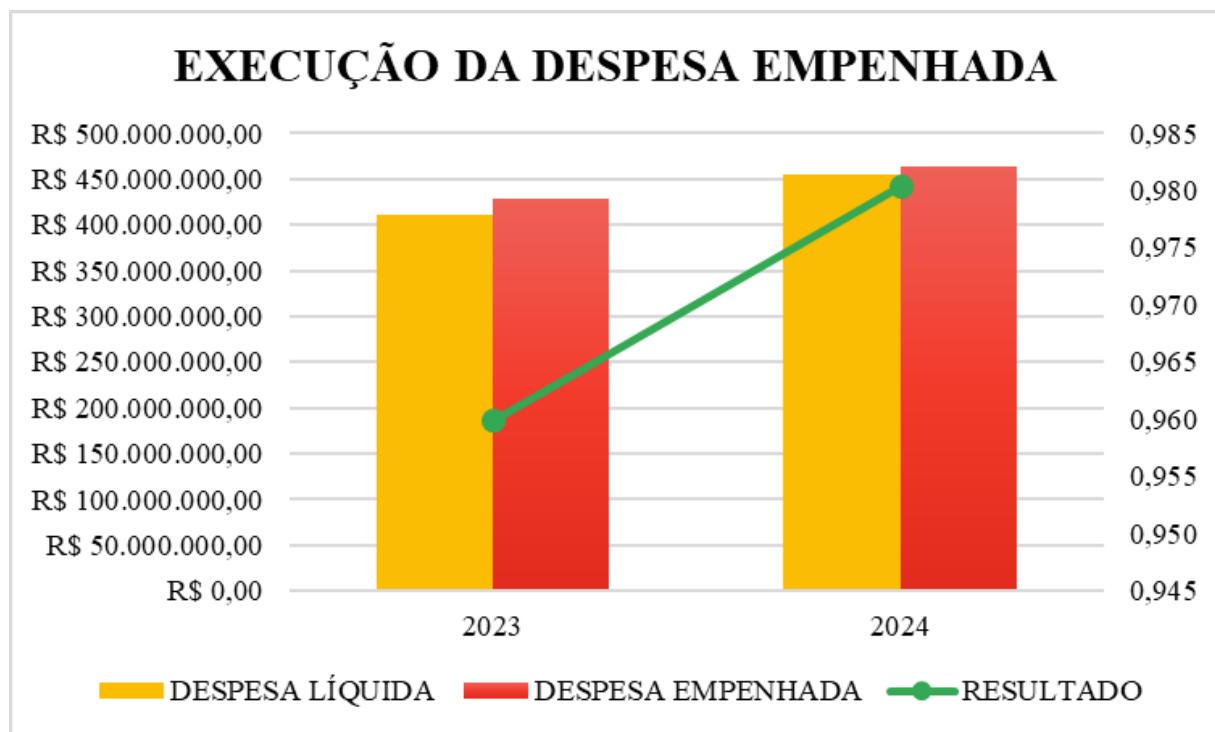
Para analisar se a execução da despesa ocorreu como planejado no orçamento, utilizaram-se dados retirados do balanço orçamentário (Anexos I e II), considerando-se a

relação entre a Despesa Corrente Liquidada e a Despesa Corrente Empenhada. Essa relação permite verificar se os valores inicialmente comprometidos no orçamento foram, de fato, executados ao longo do exercício. Os dados encontram-se organizados no Apêndice K.

Em 2023, a execução orçamentária ficou na margem de 0,96, obtendo uma execução eficiente onde boa parte de suas despesas se encontra liquidada. Ao analisar os dados, verificou-se que a despesa empenhada foi de R\$428.295.246,31 e foram efetivamente liquidados R\$411.119.931,26, significando que cerca de 4% do total empenhado não foi liquidado dentro do exercício.

Em 2024, a execução foi de 0,98, diminuindo para 2% a quantia de despesas que não foram liquidadas dentro do período, mesmo havendo um crescimento nas despesas empenhadas houve um acompanhamento na liquidação dessas despesas, sendo que as despesas empenhadas foram de R\$463.202.824,16 e foram líquidas R\$454.124.334,76. Obtendo um índice melhor que o ano de 2023, com uma diferença pequena entre os dois períodos.

GRÁFICO 10 – Execução da despesa empenhada



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos I e II organizados no Apêndice K.

Contudo, ao realizar uma análise mais aprofundada sobre os tipos de empenho que não foram liquidadas, percebeu-se que se trata de contratos com empresas como construtoras, prestadoras de serviços e que fornecem materiais de forma contínua, ou seja, são empresas que

estão com suas atividades em andamento, sendo que seu pagamento só pode ser realizado pelo cumprimento de etapas ou conclusão de sua execução.

Segundo descrito no art. 62 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, “o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.” e o art. 63 desta mesma lei estabelece que “A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.” Portanto, os dados apurados evidenciam que não houve ineficiência ou incapacidade de sua execução, mas sim um equilíbrio no planejamento financeiro e em sua execução.

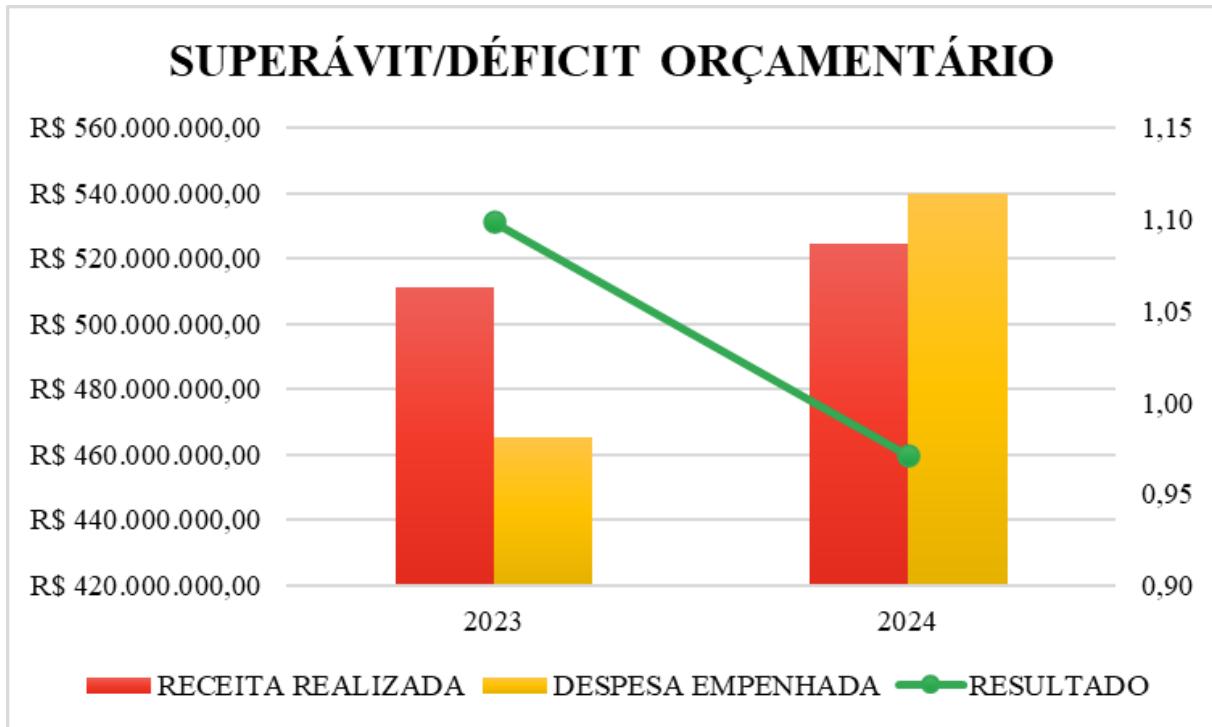
9.4. SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Para identificar se a entidade opera em superávit ou déficit, calculou-se a razão entre a receita realizada e a despesa empenhada. Conforme a LRF, “no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias” (BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 9º). Os dados utilizados constam nos Anexos V e VI e foram reunidos no Apêndice L para elaboração do gráfico.

Em 2023, a arrecadação de receitas realizadas foi de R\$511.447.577,87, enquanto sua despesa empenhada ficou em torno de R\$465.544.111,44, que ao subtrair resultou em um superávit de R\$ 45.903.466,43, evidenciando uma gestão com folga financeira. As Despesas Correntes corresponderam à maior parte do gasto, totalizando R\$428.295.246,31, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais R\$239.283.441,21 e Outras Despesas Correntes R\$185.807.467,68. As Despesas de Capital somaram R\$37.248.865,13, sendo R\$34.096.583,97 destinados a investimentos, indicando que, mesmo com elevada despesa de custeio, o município manteve espaço para aplicações em obras e melhorias estruturais.

Em 2024, houve um déficit em sua arrecadação de R\$15.582.690,22, decorrente ao crescimento com Demais Despesas Corrente R\$201.658.009,70 demonstrando aumento nos gastos relacionados a serviços e manutenção administrativa. Houve também um crescimento nas Despesas de Capital de R\$76.841.845,69, sem haver um aumento proporcional em sua arrecadação, entretanto, essas despesas estão relacionadas a investimentos em obras e equipamentos públicos no município.

GRÁFICO 11 – Superávit/déficit orçamentário



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos V e VI organizados no Apêndice L.

Diante disto, o índice, representado em 2023 por 1,09, passou para 0,97 em 2024, indicando uma queda na capacidade de financiamento das despesas pelas receitas. Esse resultado é responsável por demonstrar a diminuição da eficiência fiscal, pois houve uma expansão de despesas sem o acompanhamento do aumento das receitas, o que sinaliza a necessidade de um maior planejamento e controle na gestão orçamentária, a fim de restabelecer o equilíbrio fiscal.

10. QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

A qualidade da gestão pública está diretamente relacionada aos princípios compostos na Constituição Federal de 1988, pelo qual estabelece no Art. 37º que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 37). Portanto, entende-se a importância de analisar se os recursos públicos foram utilizados de forma eficiente, estratégica e com adequado retorno social, andando em conformidade aos princípios constitucionais.

10.1. EFICIÊNCIA DO INVESTIMENTO PÚBLICO

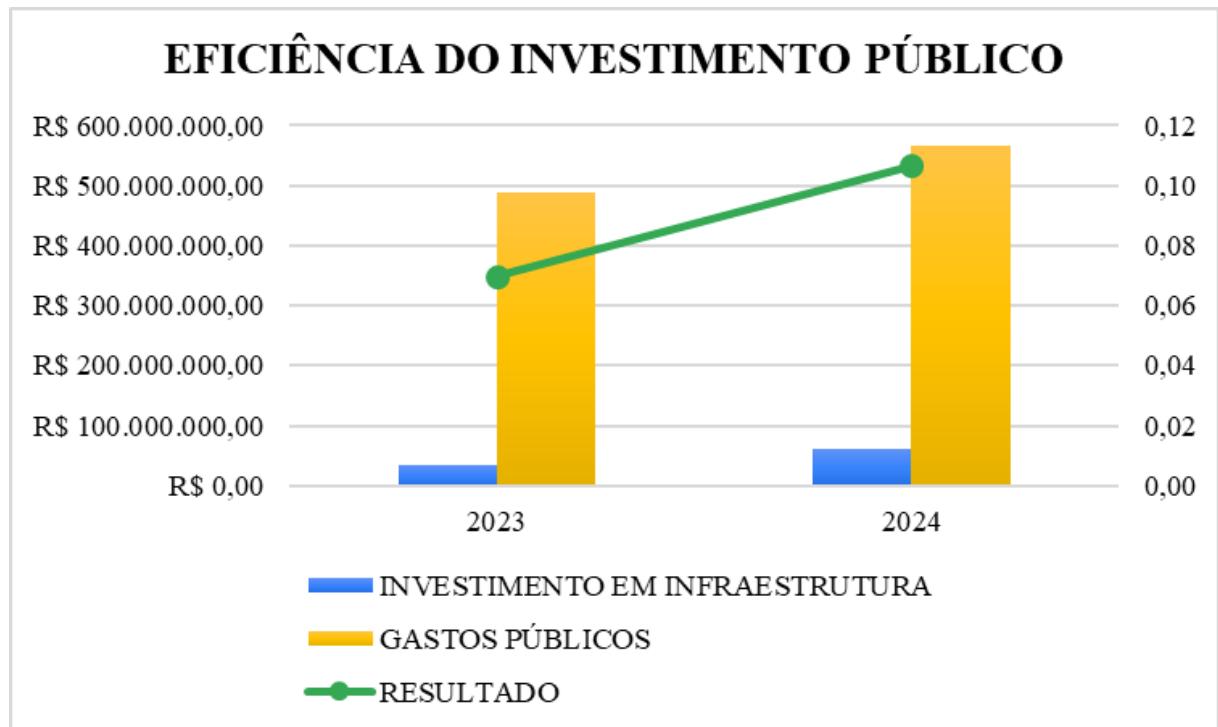
Para avaliar a eficiência do investimento público, considerou-se os valores gastos com

infraestrutura em comparação ao total de despesas públicas do período. Através deste índice identificamos o quanto dos gastos públicos estão direcionados a investimentos na infraestrutura. Os dados utilizados estão detalhados nos Anexos I e II e reunidos no Apêndice M para elaboração dos gráficos.

Em 2023, o índice apresentou 0,06, significando que 6% dos gastos públicos empenhados foram destinados a investimentos, totalizando R\$34.096.583,97 frente a um gasto público de R\$488.450.608,45. Observa-se que houve baixo grau de execução da dotação planejada para investimentos, onde sua dotação era R\$128.970.273,74, o que ocasionou uma redução da capacidade de ampliar ou modernizar as estruturas públicas.

Em 2024, houve um aumento do índice para 0,10, pois o investimento empenhado alcançou R\$60.527.697,92, enquanto o gasto público total empenhado foi de R\$567.110.382,56. Nesse período, a execução do investimento aproximou-se da dotação orçamentária de R\$90.419.101,04. Esse comportamento demonstra que, ainda que a dotação seja importante para o planejamento, o impacto real sobre a eficiência orçamentária depende principalmente da proporção que é efetivamente executada.

GRÁFICO 12 – Eficiência do investimento público



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos I e II organizados no Apêndice M.

Portanto, observa-se que o período de 2024 apresentou melhor execução em seu planejamento relacionado a despesas com investimento e maior proporção de recursos

destinados a essa finalidade dentro do gasto público total, a baixa dotação ou baixa execução de investimentos teve representatividade na redução da capacidade do orçamento público de destinar recursos, enquanto maior aderência entre planejamento e execução fortaleceu a participação dos investimentos dentro da despesa total.

11. SUSTENTABILIDADE DA DESPESA PÚBLICA

Segundo o Art. 1º, §1º, disposto na LRF, a análise da sustentabilidade das despesas decorrentes de diretrizes pertencentes à lei, é responsável por evitar riscos ao equilíbrio fiscal, pois seus princípios estão baseados em ações planejadas e transparentes. Deste modo, seu objetivo é analisar se o crescimento das despesas está acompanhado a evolução da receita, garantindo a continuidade do serviço público sem comprometer exercícios futuros.

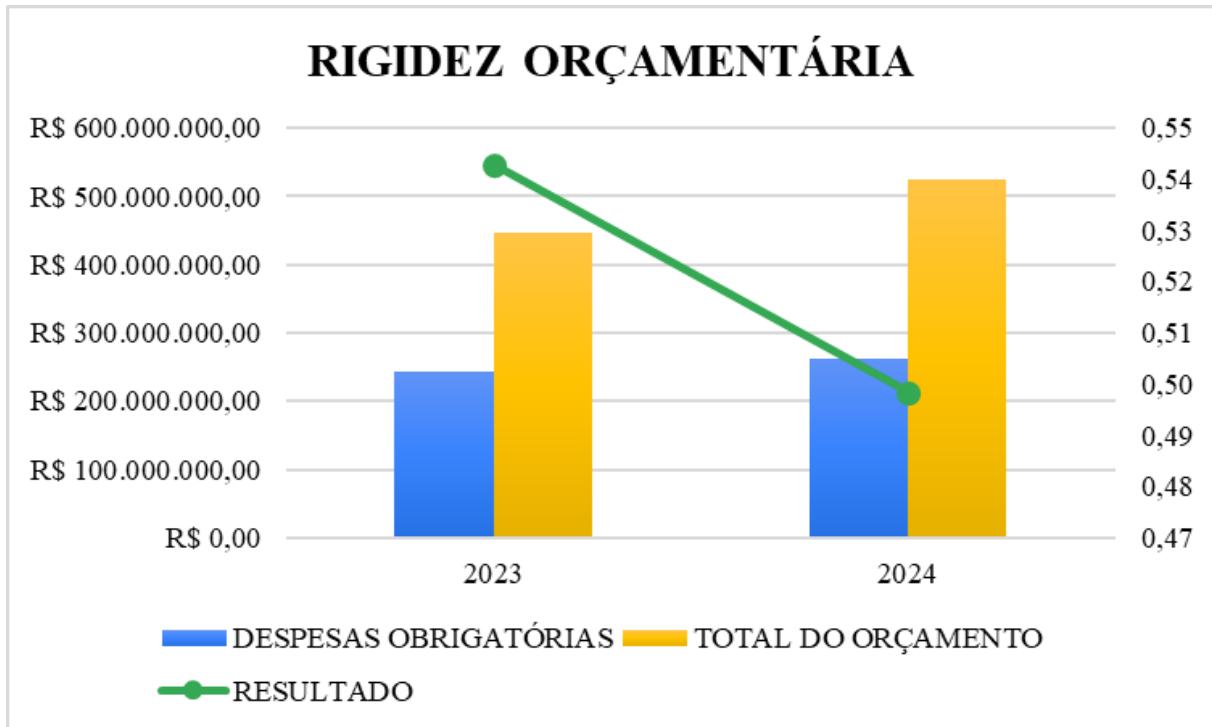
11.1. RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, “considera-se obrigatoriedade de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios” (BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 17). A partir desse conceito, analisou-se o grau de comprometimento do orçamento público com despesas obrigatórias, comparando-se as despesas obrigatórias relacionada a conta Pessoal e Encargos Sociais e a conta Juros e Encargos de Dívidas contidas nos balanços orçamentários (Anexos I e II), sendo reunido os dados no Apêndice N para a criação do gráfico.

Em 2023, o índice de rigidez apresentou 0,54, representando que mais da metade de seu orçamento liquidado esteve comprometido com despesas obrigatórias. Esse resultado demonstra que grande parte de seu orçamento municipal se destinou a gastos de caráter inflexível, o que reduz a capacidade do município de ampliar investimentos ou implementações de novas políticas públicas.

Em 2024, observou-se redução em sua rigidez para 0,49. Nesse exercício, o índice apresentou um aumento nas contas relacionadas às despesas obrigatórias, sendo a conta despesas com pessoal de R\$239.278.555,34 para R\$259.199.339,64, enquanto houve uma leve diminuição na conta juros e encargos de R\$3.204.337,42 para R\$2.345.474,82, permanecendo o total de despesas obrigatórias superior a 2023. Contudo, houve um crescimento expressivo das despesas não obrigatórias, reduzindo proporcionalmente o peso das despesas rígidas dentro da execução.

GRÁFICO 13 – Rigidez orçamentária



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos I e II organizados no Apêndice N.

Desta forma, apesar do aumento das despesas obrigatórias em 2024, o município apresentou uma redução da rigidez orçamentária, indicando avanço na capacidade de planejamento e execução orçamentária. Conforme a LRF nº 101/2000, Art. 17 dispõe que “Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução”, pois, observa-se que as despesas possuem caráter permanente e inflexível, sendo um evidenciador de sua influência sobre o grau de rigidez. Portanto, esta redução das despesas apresentou-se proporcional em 2024, permitindo maior flexibilidade para formulação e expansão de políticas públicas não vinculadas às contas de despesa obrigatória.

11.2. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

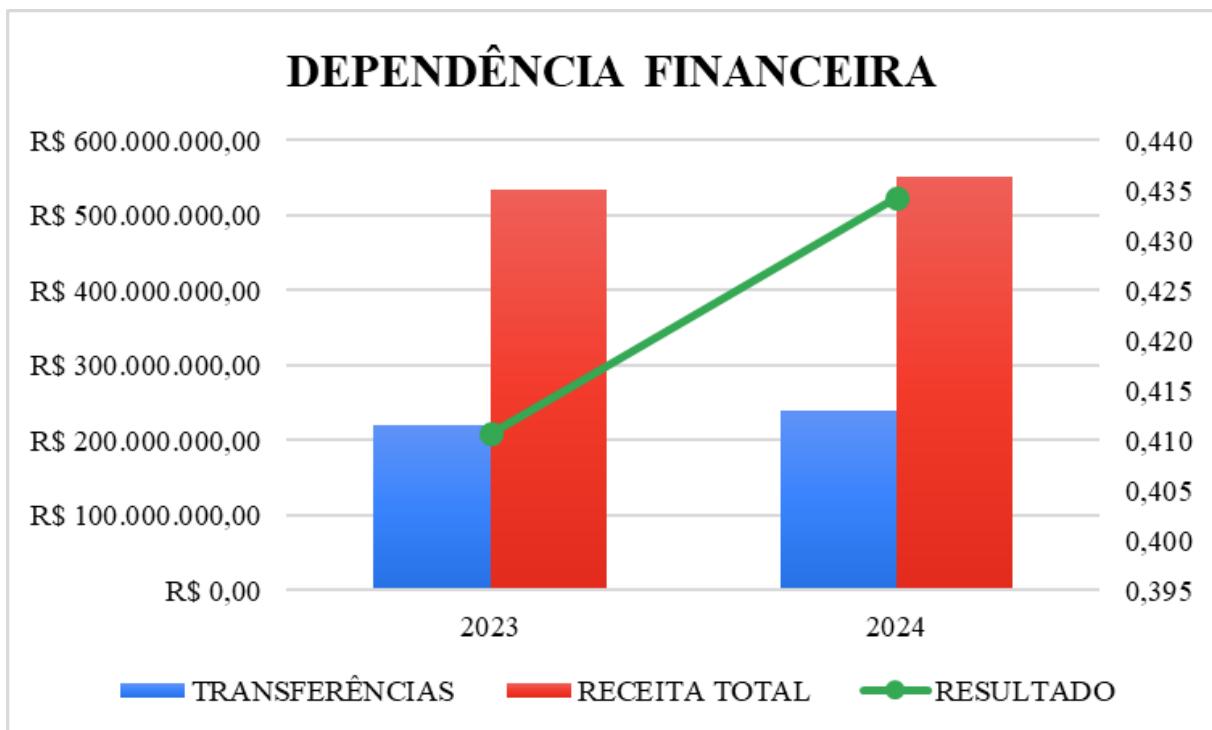
Segundo Callado, Lima, Lima e Santos (2020, p. 5), “Quanto maior o nível de dependência das transferências governamentais menor o desenvolvimento socioeconômico”. Contudo, esse índice permite identificar o nível de dependência do município em relação aos repasses estaduais e federais necessários para se manter em atividade. Os dados foram extraídos do Balanço Orçamentário e organizados no Apêndice O. Para o cálculo, dividiu-se o total das transferências pela receita total do período analisado.

Em 2023, o índice alcançou a marca de 0,41, significado que 41,70% das receitas

obtidas no período foram decorrentes de repasses estaduais e federais. Esse resultado demonstra que a capacidade de geração de recursos próprios apresentou-se baixa, indicando uma autonomia financeira apenas moderada.

Em 2024, houve um crescimento do índice para 0,43, evidenciando que 43,43% de sua receita está relacionada a transferências governamentais. Há de se observar que embora o aumento do índice tenha sido pequeno, ele revela uma intensificação de sua dependência, mesmo diante do crescimento na arrecadação de recursos próprios.

GRÁFICO 14 – Dependência financeira



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos Anexos I e II organizados no Apêndice O.

Portanto, apesar do crescimento da receita no exercício analisado, sua dependência financeira também aumentou, sendo que grande parte deste aumento está relacionado às transferências estaduais e federais, e não ao incremento de receitas próprias.

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, no Art. 11 estabelece que “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”. Desta forma, demonstram que as transferências intergovernamentais possuem caráter complementar, e não substitutivo da arrecadação própria, reforçando que a autonomia financeira está diretamente relacionada ao esforço fiscal do município. Assim, o município se mantém dependente, o que limita sua execução de políticas públicas ao longo prazo sem apoio das

demais esferas federativas.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores de eficiência do município de Ariquemes-RO nos exercícios de 2023 e 2024 permitiu compreender como a gestão dos recursos públicos refletem em sua eficiência e transparência municipal. Os resultados demonstram que os objetivos propostos foram alcançados, permitindo identificar, analisar e comparar os principais indicadores, evidenciando avanços importantes da administração, mas também apontando suas fragilidades que influenciaram em seu desempenho.

Em relação a eficiência, verificou-se elevada execução orçamentária em ambos os exercícios, demonstrando capacidade da administração na aplicação dos recursos previstos. Contudo, a baixa execução das despesas de capital em 2023 e o aumento das despesas correntes em 2024 apontaram limitações no planejamento e no investimento ao longo prazo. A redução do endividamento e a melhora na liquidez geral em 2024 indicaram esforço no ajuste fiscal, embora sua liquidez imediata tenha apresentado uma redução a curto prazo com a diminuição do ativo circulante. O gasto com pessoal permaneceu dentro dos limites legais, porém próximo ao limite prudencial, reforçando a necessidade da gestão em analisar este fator.

Em relação a queda do índice de transparência do TCE-RO entre o ano de 2023 e 2024, mostrou que a queda do índice ocorreu porque o site da prefeitura não atendeu a vários requisitos essenciais. Entre os pontos não cumpridos estão a falta de links funcionais para redes sociais, a ausência da lista completa de dados dos funcionários terceirizados como é feito dos servidores ativos, contratos sem divulgação de inteiro teor completo e apresentou também falhas de acessibilidade, como a não exibição do caminho das páginas navegadas. Além disso, o portal não oferece acesso automatizado em formato aberto, como exige a Lei 14.129/2021, e não divulga sua própria regulamentação. A pesquisa de satisfação também não foi localizada ou não está claramente identificada no site.

De acordo com QUEIROZ (2018), essas falhas mostram que, embora o município divulgue dados brutos, a interface não favorece que o cidadão comum comprehenda as informações, prejudicando o controle social. Assim, a queda do índice não está relacionada apenas à complexidade da execução orçamentária, mas à forma como o portal apresenta, organiza e disponibiliza as informações, pois, a falhas diretas de transparência ativa, de usabilidade e de conformidade com as exigências legais.

Assim, conclui-se que a gestão municipal apresentou eficiência moderada, com bom desempenho em execução e controle fiscal, mas marcada por desafios na transparência, no

equilíbrio do curto prazo e na execução de investimentos. Observou-se que a eficiência existe, mas não de forma uniforme, o que reflete em uma administração com avanços técnicos, porém ainda vulnerável a pressões estruturais e tecnológicas. A de se mencionar que as limitações do estudo decorrem da dependência exclusiva dos dados públicos disponibilizados pelos portais oficiais, que nem sempre apresentam detalhamento ou justificativas suficientes para determinadas variações.

Para pesquisas futuras, recomenda-se expandir o estudo para outros municípios, analisar setores específicos como saúde e educação, aplicar metodologias de avaliação da qualidade do gasto e investigar a relação entre eficiência fiscal e satisfação da população em conjunto do nível de divulgação da qualidade de dados disponíveis nos portais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTUNES, Daví José Nardy. O Brasil dos anos 90: um balanço. **Revista Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 9, p. 63-89, 2001. p. 64. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L9/LEP9_04Davi.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- ARIQUEMES. Prefeitura Municipal. **PPA, LDO e LOA**. Disponível em: <<https://ariquemes.ro.gov.br/ppa-ldo-e-loa>>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil). **Radar da Transparência Pública**. Brasília, DF, [S.d.]. Disponível em: <radardatransparencia atricon.org.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Instrumentos de Planejamento e Orçamento**. Vander Gontijo. Portal Orçamento da União – seção “Entenda o Orçamento”. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. Brasília: Presidência da República, [2000]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. **Lei da Transparência**. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro**. Brasília: Presidência da República, [1964]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Plano Plurianual – PPA**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Portal da Transparência. **Orçamento público**. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>>. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP**: Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. 5. ed. Brasília: STN, 2012. Válido para o exercício de 2013. Portaria STN nº 437/2012. Disponível em: <<https://tcero.tc.br/arquivos/Downloads/IEP-MCASP-19-08-12-22-00-19.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Tesouro Nacional. Painel de endividamento dos entes subnacionais. **Tesouro Transparente**. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-endividamento-dos-entes-subnacionais>>. Acesso em: 15 out. 2025.

BELTRÃO, Hélio (1984) **Descentralização e Liberdade**. Rio de Janeiro: Record.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: ENAP, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2025.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/871>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CNM. Avaliação do percentual de despesa com pessoal. **Estudos Técnicos** — vol. 9, n.º 3. [S.1.]: CNM, [s.d.]. Disponível em: <https://cnm.org.br/storage/biblioteca/ET_Vol_9_03.Avaliacao_do_percentual_de_despesa_com_pessoal.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

CONTI, José Mauricio; PINTO, Élida Graziane. Lei dos orçamentos públicos completa 50 anos de vigência. **Revista Consultor Jurídico**, 17 mar. 2014. Disponível em: https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20130404-artigo_50_anos-lei-orcamento.pdf. Acesso em: 17 mai. 2025.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001. Disponível em: <<https://favaretoufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/faoro-raymundo-os-donos-do-poder1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2025.

LOPES, Maria Izabela Gomes; LACERDA, Rodrigo de Souza. A Lei 131/2009 e o Impacto sobre o Controle Social através do Aumento da Transparência: Uma Análise do Cumprimento da Lei no Município de Araripina – PE / The Complimentary Law Number 131 of 2009 and the Impact on Social Control Through Increased Transparency: An Analysis of the Compliance of The Law in the Municipality of Araripina - PE. ID on line. **Revista de psicologia**, [S. l.], v. 15, n. 57, p. 241–260, 2021. DOI: 10.14295/ideonline.v15i57.3197. Disponível em: <<https://ideonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3197>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PIMENTEL, Elaine das Graças Valença. **A contabilidade como ferramenta gerencial no setor público:** um estudo de caso na casa Oswaldo Cruz. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://arca.fiocruz.br/items/f9849061-b8d8-479e-89f1-bbdf6e1f4a49>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MERESSI, Fernando Sertã. **Plano Plurianual (PPA) e Desenvolvimento.** Disponível em: <https://dev.assessor.org.br/files/2516/6335/0525/2022_revista_RBPO_04_AGO_1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

OLIVEIRA, Paulo Afonso da Silva; OLIVEIRA, Wesley Ramos de; SILVA, Elane Andrade. **Análise dos indicadores de desempenho da gestão pública na área da saúde:** um estudo feito por meio de relatórios orçamentários dos municípios de Roraima no período de 2019 a 2023. [s.l], 2024. Disponível em: <<https://ufrr.br/contabeis/wp-content/uploads/sites/11/2024/10/ANALISE-DOS-INDICADORES-1.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2025.

QUEIROZ, Alexandre Bossi. **Assimetria informacional:** desigualdade no entendimento sobre as contas públicas. In: Princípio da Igualdade: uma abordagem multidisciplinar. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2018. p. 259-290. Disponível em: <<https://www.pedralva.mg.leg.br/institucional/noticias/documentos/encontros-com-a-politica/3-livro-prof-bossi-assimetria-informacional-e-desigualdade.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2025.

RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 6, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10454>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

SILVA, Jayne Mesquita Da. **O Desempenho Orçamentário, Financeiro e Patrimonial do Município de São Francisco do Conde/Ba:** Uma Análise Sobre a Sustentabilidade das Contas Municipais. CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS , [S. l.], v. 22, n. 02, 2022. DOI: 10.55532/1806-8944.2022.180. Disponível em: <<https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/180>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SILVA, Juvêncio Borges; IZÁ, Adriana de Oliveira. A importância da participação popular na elaboração do orçamento e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a administração pública. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas [Recurso Eletrônico]**. Bebedouro, SP, v.8, n.2, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/38440>>. Acesso em: 17 maio 2025.

SOUZA, Vanessa Gonçalves Ribeiro. **A evolução da administração pública brasileira: reforma gerencial, a nova gestão pública.** 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade de Brasília, Anápolis - GO, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26866/1/2019_VanessaGoncalvesRibeiroSouza_tcc.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

APÊNDICES

TABELA 1 – Indicadores de avaliação da eficiência na gestão pública no município de Ariquemes/RO.

APÊNDICE A – INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO			
Indicadores	Métodos de avaliação	Memória de Cálculo	Objetivo
Eficiência na Arrecadação de Tributos	Execução da Receita	<u>Receita Realizada</u> Previsão de Arrecadação	De medir o quanto que a previsão de arrecadação foi de fato realizada
Eficiência na Execução Orçamentária	O Quociente da Execução Orçamentária Corrente	<u>Receita Realizada Corrente</u> <u>Despesa Empenhada Corrente</u>	De apontar uma possível incapacidade em seu planejamento e execução ou a uma economia de despesa orçamentária
	Índice de Execução Orçamentária	<u>Despesa Liquidada</u> <u>Despesa Orçada</u>	De medir o quanto que o orçamento previsto foi executado
Endividamento e Capacidade de Pagamento	Liquidez Geral	Ativo Circulante + Ativo <u>Realizável a Longo Prazo</u> Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	De indicar a capacidade financeira de cumprir com seus compromissos em um curto a longo prazo
	Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo <u>Não Circulante</u> Ativo	De medir o nível de endividamento da entidade
Gastos com Pessoal	Comprometimento com Pessoal	<u>Despesa com Pessoal</u> Receita Corrente Líquida	De avaliar se o município atende o limite de gastos com pessoal
	Despesa com Pessoal Ativo x Inativo	<u>Despesa com Pessoal Ativo</u> Despesa com Pessoal Inativo	De avaliar o quanto é gasto com pessoas inativas em relação às pessoas ativas
Gestão Fiscal e Orçamentária	Resultado Primário, sustentabilidade fiscal sobre dívida	Receitas Primária <u>– Despesas Primárias</u> Receita Corrente Líquida	De identificar se as receitas estão sendo o suficiente para pagar as despesas

	Resultado Nominal, impacto da dívida ao longo prazo	Variação da Dívida Consolidada Líquida Receita Corrente Líquida	De identificar o nível de endividamento em relação à receita corrente líquida
	Execução da Despesa Empenhada	<u>Despesa Liquidada</u> Despesa Empenhada	De analisar a execução do gasto foi realizada de acordo com o planejamento
	Superávit/Déficit Orçamentário	<u>Receita Realizada</u> Despesa Empenhada	De Identificar se a entidade está operando de forma superávit (positivo) ou déficit (negativo)
Qualidade do Gasto Público	Eficiência do Investimento Público	Total de Investimento Infraestrutura e <u>Desenvolvimento</u> Total de Gastos Públicos	De identificar o quanto dos gastos públicos estão relacionados para investimentos de infraestrutura e desenvolvimento
Sustentabilidade da Despesa Pública	Rigidez Orçamentária	<u>Despesas Obrigatórias</u> Total do Orçamento	De analisar o grau de comprometimento do orçamento público com despesas obrigatórias
	Dependência Financeira	Transferências <u>Estaduais e Federais</u> Receita Total	De medir o quanto a prefeitura necessita de repasses estaduais e federais para se manter

TABELA 2 – Dados para cálculos do índice de execução da receita

APÊNDICE B – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA RECEITA			
ANO	RECEITA REALIZADA	PREVISÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO
2023	R\$ 534.306.810,02	R\$ 434.016.518,59	1,23107483
2024	R\$ 551.554.830,86	R\$ 523.573.124,71	1,05344374

TABELA 3 – Dados para cálculos do quociente da execução orçamentária corrente

APÊNDICE C – DADOS PARA CÁLCULOS DO QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE			
ANO	RECEITA REALIZADA CORRENTE	DESPESA EMPENHADA CORRENTE	EXECUÇÃO
2023	R\$ 495.028.198,71	R\$ 428.295.246,31	1,15581063
2024	R\$ 501.095.485,46	R\$ 463.202.824,16	1,081805765

TABELA 4 – Dados para cálculos do índice de execução orçamentária

APÊNDICE D – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ANO	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO
2023	R\$ 411.119.931,26	R\$ 428.295.246,31	0,959898422
2024	R\$ 454.124.334,76	R\$ 463.202.824,16	0,980400617

TABELA 5 – Dados para cálculos do índice de liquidez geral

APÊNDICE E – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL		
ANO	2023	2024
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 121.363.537,13	R\$ 84.763.187,92
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 10.052.185,00	R\$ 10.620.670,29
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 7.218.948,44	R\$ 9.550.194,94
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 634.478.484,26	R\$ 128.815.380,04
ÍNDICE	0,204793904	0,689361196

TABELA 6 – Dados para cálculos do índice de endividamento geral

APÊNDICE F – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL		
ANO	2023	2024
ATIVO TOTAL	R\$ 342.086.525,45	R\$ 320.986.285,59
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 7.218.948,44	R\$ 9.550.194,94
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 634.478.484,26	R\$ 128.815.380,04
ÍNDICE	1,8758337	0,431063822

TABELA 7 – Dados para cálculos do índice de comprometimento com o pessoal

APÊNDICE G – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE COMPROMETIMENTO COM O PESSOAL			
ANO	DESPESA COM PESSOAL	RECEITA LÍQUIDA	EXECUÇÃO
2023	R\$ 220.735.438,86	R\$ 430.749.394,54	51,24%
2024	R\$ 236.168.833,71	R\$ 461.767.973,26	51,14%

TABELA 8 – Dados para cálculos do índice de despesa com pessoal ativo x inativo

APÊNDICE H – DADOS PARA CÁLCULOS DO ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL ATIVO X INATIVO			
ANO	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	ÍNDICE
2023	R\$ 229.091.797,27	R\$ 19.409.776,61	11,80290747
2024	R\$ 246.646.848,44	R\$ 23.751.158,34	10,38462398

TABELA 9 – Dados para cálculos do resultado primário, sustentabilidade fiscal sobre dívida

APÊNDICE I – DADOS PARA CÁLCULOS DO RESULTADO PRIMÁRIO, SUSTENTABILIDADE FISCAL SOBRE DÍVIDA				
ANO	RECEITA PRIMÁRIA	DESPESA PRIMÁRIA	RECEITA LÍQUIDA	RESULTADO
2023	R\$ 473.038.052,08	R\$ 461.891.338,88	R\$ 434.505.610,54	0,025653784
2024	R\$ 530.113.313,37	R\$ 546.951.546,45	R\$ 461.767.973,26	-0,036464705

TABELA 10 – Dados para cálculos do resultado nominal, impacto da dívida ao longo prazo

APÊNDICE J – DADOS PARA CÁLCULOS DO RESULTADO NOMINAL, IMPACTO DA DÍVIDA AO LONGO PRAZO			
ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RESULTADO
2023	R\$ 88.697.195,08	R\$ 434.505.610,54	0,204133601
2024	R\$ 61.216.484,49	R\$ 461.767.973,26	1,000000000

TABELA 11 – Dados para cálculos da execução da despesa empenhada

APÊNDICE K – DADOS PARA CÁLCULOS DA EXECUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA			
ANO	DESPESA LÍQUIDA	DESPESA EMPENHADA	RESULTADO
2023	R\$ 411.119.931,26	R\$ 428.295.246,31	0,95989842
2024	R\$ 454.124.334,76	R\$ 463.202.824,16	0,980400617

TABELA 12 – Dados para cálculos do superávit/déficit orçamentário

APÊNDICE L – DADOS PARA CÁLCULOS DO SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO			
ANO	RECEITA REALIZADA	DESPESA EMPENHADA	RESULTADO
2023	R\$ 511.447.577,87	R\$ 465.544.111,44	1,098601755
2024	R\$ 524.461.979,63	R\$ 540.044.669,85	0,971145553

TABELA 13 – Dados para cálculos de eficiência do investimento público

APÊNDICE M – DADOS PARA CÁLCULOS DE EFICIÊNCIA DO INVESTIMENTO PÚBLICO			
ANO	INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	GASTOS PÚBLICOS	RESULTADO
2023	R\$ 34.096.583,97	R\$ 488.450.608,45	0,069805592
2024	R\$ 60.527.697,92	R\$ 567.110.382,56	0,106730012

TABELA 14 – Dados para cálculos de rigidez orçamentária

APÊNDICE N – DADOS PARA CÁLCULOS DE RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA			
ANO	DESPESAS OBRIGATÓRIAS	TOTAL DO ORÇAMENTO	RESULTADO
2023	R\$ 242.482.892,76	R\$ 446.624.237,91	0,542923720
2024	R\$ 261.544.814,46	R\$ 524.822.601,22	0,498348992

TABELA 15 – Dados para cálculos de dependência financeira

APÊNDICE O – DADOS PARA CÁLCULOS DE DEPENDÊNCIA FINANCEIRA			
ANO	TRANSFERÊNCIAS	RECEITA TOTAL	RESULTADO
2023	R\$ 219.439.388,42	R\$ 534.306.810,02	0,410699217
2024	R\$ 239.528.361,18	R\$ 551.554.830,86	0,434278421

ANEXO A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1 de 5

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 5

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	434.016.518,59	434.016.518,59	113.994.697,23	26,27	534.306.810,02	123,11	-100.290.291,43
DÉFICIT (VI)							0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	434.016.518,59	434.016.518,59	113.994.697,23	26,27	534.306.810,02	123,11	-100.290.291,43
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	89.965.919,90					89.965.919,90
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					89.965.919,90
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3 de 5

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RS 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
			BIMESTRE	JAN A DEZ		BIMESTRE	JAN A DEZ			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)			(b)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	372.309.095,13	578.312.975,57	86.750.872,50	465.544.111,44	112.768.864,13	90.530.801,46	423.717.740,90	154.595.234,67	417.491.059,65	41.826.370,54
DESPESAS CORRENTES	337.555.138,25	446.187.195,43	75.271.320,17	428.295.246,31	17.891.949,12	86.316.129,26	411.119.931,26	35.067.264,17	405.519.234,65	17.175.315,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.524.745,92	242.507.599,35	48.775.313,09	239.283.441,21	3.224.158,14	48.787.471,02	239.278.555,34	3.229.044,01	239.278.218,74	4.885,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.463.579,31	3.375.974,73	-282.836,60	3.204.337,42	171.637,31	434.541,27	3.204.337,42	171.637,31	3.204.337,42	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	154.566.813,02	200.303.621,35	26.778.843,68	185.807.467,68	14.496.153,67	37.094.116,22	168.637.038,50	31.666.582,85	163.036.678,49	17.170.429,18
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	154.566.813,02	200.303.621,35	26.778.843,68	185.807.467,68	14.496.153,67	37.094.116,22	168.637.038,50	31.666.582,85	163.036.678,49	17.170.429,18
DESPESAS DE CAPITAL	31.736.415,69	132.125.780,14	11.479.552,33	37.248.865,13	94.876.915,01	4.214.672,95	12.597.809,64	119.527.970,50	11.971.825,00	24.651.055,49
INVESTIMENTOS	29.409.049,07	128.970.273,74	11.480.161,10	34.096.583,97	94.873.689,77	3.679.573,94	9.518.903,01	119.451.370,73	8.892.918,37	24.577.680,96
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.327.366,62	3.155.506,40	-608,77	3.152.281,16	3.225,24	535.099,01	3.078.906,63	76.599,77	3.078.906,63	73.374,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.017.541,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	20.938.423,46	23.216.409,32	4.159.235,86	22.906.497,01	309.912,31	5.245.127,85	22.906.497,01	309.912,31	22.872.625,14	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	393.247.518,59	601.529.384,89	90.910.108,36	488.450.608,45	113.078.776,44	95.775.929,31	446.624.237,91	154.905.146,98	440.363.684,79	41.826.370,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	393.247.518,59	601.529.384,89	90.910.108,36	488.450.608,45	113.078.776,44	95.775.929,31	446.624.237,91	154.905.146,98	440.363.684,79	41.826.370,54
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	393.247.518,59	601.529.384,89	90.910.108,36	534.306.810,02		95.775.929,31	534.306.810,02		534.306.810,02	41.826.370,54
RESERVA DO RPPS	40.769.000,00	40.769.000,00			40.769.000,00			40.769.000,00		

ANEXO B - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1 de 5

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2024/BIMESTRE Novembro - Dezembro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 5

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2024/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			(b)	%(b/a)	JAN A DEZ	%(c/a)	
					(c)	(a-c)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	523.573.124,71	523.573.124,71	97.565.959,23	18,63	551.554.830,86	105,34	-27.981.706,15
DÉFICIT (VI)					15.555.551,70		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	523.573.124,71	523.573.124,71	97.565.959,23	18,63	567.110.382,56	108,32	-43.537.257,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	91.613.686,72			91.613.686,72		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		91.613.686,72			91.613.686,72		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹	
			(d)	(e)		BIMESTRE	JAN A DEZ	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	
							(f)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	447.806.953,76	598.316.658,54	62.663.179,47	540.044.669,85	58.271.988,69	104.048.058,53	497.756.888,51	100.559.770,03	496.000.448,43	42.287.781,34	
DESPESAS CORRENTES	407.141.631,73	491.553.533,34	72.603.377,49	463.202.824,16	28.350.709,18	87.831.039,30	454.124.334,76	37.429.198,58	453.017.389,05	9.078.489,40	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	234.410.154,06	268.592.739,14	50.364.325,07	259.199.339,64	9.393.399,50	50.392.041,43	259.199.339,64	9.393.399,50	259.158.575,90	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.050.000,00	2.830.672,16	-256.301,60	2.345.474,82	485.197,34	376.260,52	2.345.474,82	485.197,34	2.345.474,82	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	165.681.477,67	220.130.122,04	22.495.354,02	201.658.009,70	18.472.112,34	37.062.737,35	192.579.520,30	27.550.601,74	191.513.338,33	9.078.489,40	
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	165.681.477,67	220.130.122,04	22.495.354,02	201.658.009,70	18.472.112,34	37.062.737,35	192.579.520,30	27.550.601,74	191.513.338,33	9.078.489,40	
DESPESAS DE CAPITAL	29.097.114,23	106.763.125,20	-9.940.198,02	76.841.845,69	29.921.279,51	16.217.019,23	43.632.553,75	63.130.571,45	42.983.059,38	33.209.291,94	
INVESTIMENTOS	25.789.564,85	90.419.101,04	-10.109.537,46	60.527.697,92	29.891.403,12	9.968.301,59	28.283.343,65	62.135.575,39	27.633.849,28	32.244.354,27	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	13.000.000,00	0,00	13.000.000,00	0,00	5.535.062,33	12.035.062,33	964.937,67	12.035.062,33	964.937,67	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.307.549,38	3.344.024,16	169.339,44	3.314.147,77	29.876,39	713.655,31	3.314.147,77	29.876,39	3.314.147,77	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.568.207,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	26.265.700,51	29.374.120,96	3.462.793,12	27.065.712,71	2.308.408,25	4.304.034,38	27.065.712,71	2.308.408,25	27.065.712,71	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	474.072.654,27	627.690.779,50	66.125.972,59	567.110.382,56	60.580.396,94	108.352.092,91	524.822.601,22	102.868.178,28	523.066.161,14	42.287.781,34	
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	474.072.654,27	627.690.779,50	66.125.972,59	567.110.382,56	60.580.396,94	108.352.092,91	524.822.601,22	102.868.178,28	523.066.161,14	42.287.781,34	
SUPERÁVIT (XIII)					0,00		0,00		0,00		
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	474.072.654,27	627.690.779,50	66.125.972,59	567.110.382,56	60.580.396,94	108.352.092,91	524.822.601,22	102.868.178,28	523.066.161,14	42.287.781,34	
RESERVA DO RPPS	49.500.470,44	49.500.470,44			49.500.470,44			49.500.470,44			

ANEXO C - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2023 A DEZ/2023

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA	
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	34.763.315,07	38.462.853,60	45.563.869,55	44.826.550,07	49.239.559,40	48.883.128,52	44.085.574,07	38.412.419,25	36.642.023,12	36.611.711,94	46.270.450,43	59.663.388,35	523.424.843,37	422.946.491,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.938.819,97	7.431.928,39	7.972.182,29	14.687.753,25	8.825.829,60	8.467.106,06	8.297.655,69	9.052.389,43	6.861.403,82	7.771.509,75	10.779.086,15	103.506.344,69	84.766.777,00	
IPTU	366.313,86	356.966,43	565.193,06	5.385.598,45	2.051.425,09	1.705.504,46	1.714.574,76	1.404.635,27	1.231.250,43	707.241,06	532.962,81	790.812,54	16.812.478,22	15.075.526,00
ISS	3.100.491,25	2.289.404,77	2.464.902,59	2.922.936,17	2.850.170,59	2.904.818,86	2.922.007,51	3.095.238,85	3.018.754,06	3.092.670,77	3.373.564,12	3.551.176,49	35.586.136,03	28.601.058,00
ITBI	639.561,37	624.914,57	2.545.727,18	840.615,85	699.104,37	564.071,63	517.654,90	472.439,09	583.517,10	609.572,49	773.665,42	725.430,16	9.596.274,13	6.782.167,00
IRRF	462.246,95	3.213.619,23	1.642.328,92	2.049.906,17	1.755.444,27	2.263.044,85	2.161.653,55	1.519.014,06	3.471.110,38	1.804.138,26	2.638.622,71	4.933.163,38	27.914.292,93	18.296.419,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.370.206,54	947.023,39	754.030,54	3.488.696,61	1.469.685,08	1.029.666,26	981.764,97	929.353,02	747.757,46	647.781,24	452.694,69	778.503,58	13.597.163,38	16.011.607,00
Contribuições	825.502,94	2.224.983,40	1.549.498,79	2.023.617,93	1.794.545,54	1.977.480,09	1.962.178,77	2.051.357,61	1.047.471,07	1.551.870,62	2.014.068,03	4.582.354,89	23.604.929,68	19.430.098,00
Receita Patrimonial	4.903.841,95	3.108.450,44	5.679.523,22	5.138.876,67	7.542.861,96	8.824.113,44	5.374.447,46	2.415.053,67	2.026.581,40	1.232.912,76	10.783.535,48	5.742.527,49	62.772.725,94	45.024.560,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	4.813.435,74	3.024.273,49	5.593.080,17	5.027.659,96	7.392.488,25	8.652.420,28	5.202.153,28	2.207.251,94	1.916.528,22	10.680.191,18	5.642.695,47	61.268.757,94	43.911.704,00	
Outras Receitas Patrimoniais	90.406,21	84.176,95	86.443,05	111.216,71	150.376,68	171.693,16	172.294,18	207.801,73	110.053,18	116.329,83	103.344,30	99.832,02	1.503.968,00	1.112.856,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.102,00	9.734,00	3.846,37	49,00	2.269,94	1.673,00	0,00	15.968,98	0,00	787,57	3.475,84	818,59	41.725,29	137.934,00
Transferências Correntes	22.728.471,64	25.459.801,57	30.107.603,64	21.445.324,36	30.503.595,31	29.075.621,24	27.947.473,71	25.959.777,36	23.994.588,10	26.494.752,06	28.904.393,99	38.309.091,52	330.930.494,50	271.956.621,00
Cota Parte do FPM	4.963.709,34	6.550.566,29	4.007.281,91	4.581.573,77	5.093.154,78	4.756.968,37	5.897.720,74	4.073.025,72	4.152.037,04	3.856.256,54	5.003.355,77	7.945.680,06	60.881.330,33	55.600.000,00
Cota Parte do ICMS	4.386.000,84	3.772.164,77	3.997.211,02	3.517.160,06	6.991.180,21	5.700.046,13	5.621.556,68	5.364.150,41	5.349.630,22	4.290.931,54	3.943.964,17	6.267.779,65	59.201.775,70	51.000.000,00
Cota Parte do IPVA	2.095.140,89	2.090.881,92	2.561.276,70	2.219.827,64	2.451.770,95	2.215.764,50	2.351.756,89	2.324.772,82	1.459.349,16	1.336.839,07	913.830,01	669.296,58	22.690.507,13	22.681.053,00
Cota Parte do ITR	24.768,36	17.109,81	6.639,87	33.393,98	12.821,76	18.781,11	11.379,99	7.474,45	98.005,48	1.231.919,13	166.820,57	110.652,20	1.843.766,71	315.504,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	21.691,92	27.776,50	0,00	37.159,34	16.527,77	3.636,31	38.398,57	22.643,37	26.691,79	0,00	46.664,34	241.189,91	210.305,00
Transferências do FUNDEB	5.121.705,07	8.085.749,31	6.190.656,72	6.594.471,92	8.071.937,53	6.874.942,83	6.499.793,63	6.599.020,36	6.282.551,15	5.437.483,43	7.490.037,00	9.258.026,12	82.406.714,96	75.763.346,00
Outras Transferências Correntes	6.137.147,14	4.921.637,55	13.316.760,92	4.498.896,99	7.845.570,74	5.476.629,47	7.552.935,03	6.730.371,68	10.314.630,56	11.386.046,58	14.010.992,57	103.665.209,76	66.386.413,00	
Outras Receitas Correntes	363.576,57	227.955,80	251.215,24	1.530.928,86	570.457,05	537.134,69	503.818,44	549.581,34	520.993,12	469.985,11	-3.206.532,66	249.509,71	2.568.623,27	1.630.501,00
DEDUÇÕES (II)	5.720.596,24	5.791.833,28	6.989.766,39	6.710.777,47	9.550.758,58	10.612.395,38	6.956.587,69	4.164.044,35	2.975.467,42	2.775.964,48	10.993.686,50	12.977.355,05	862.219.232,83	64.132.372,41
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	292.476,79	1.685.631,03	1.007.721,61	1.029.448,79	1.052.578,81	1.239.844,43	1.256.810,88	1.374.563,97	433.582,30	1.016.541,60	1.459.438,32	9.391.362,72	15.780.001,27	11.891.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	25.810,42	10.536,82	11.483,55	29.623,05	27.139,48	11.324,96	11.021,93	1.231,56	10.732,79	103.733,20	242.637,76	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	3.134.195,65	1.589.908,93	3.851.470,84	3.599.454,13	5.551.339,38	6.830.933,45	3.364.193,99	360.458,88	407.314,57	-418.947,61	7.489.072,78	6.040.554,15	41.799.949,14	27.000.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	2.293.923,80	2.490.482,88	2.120.037,12	2.070.391,00	2.917.217,34	2.541.617,50	2.308.443,34	2.417.696,54	2.123.548,62	2.177.138,93	2.034.442,61	2.901.704,98	28.396.644,66	25.241.372,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	29.042.718,83	32.671.020,32	38.574.103,16	38.115.772,60	39.688.800,82	38.270.733,14	37.128.986,38	34.248.374,90	33.666.555,70	33.835.747,46	35.276.763,93	46.686.033,30	437.205.610,54	358.814.118,59
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	1.000.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	29.042.718,83	32.671.020,32	38.574.103,16	38.115.772,60	39.688.800,82	38.270.733,14	37.128.986,38	34.248.374,90	33.666.555,70	32.135.747,46	34.276.763,93	46.686.033,30	434.505.610,54	358.814.118,59
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas dos bancadas (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	299.460,00	294.252,00	294.252,00	290.400,00	287.760,00	285.120,00	285.120,00	285.120,00	285.120,00	285.120,00	285.120,00	570.240,00	3.756.216,00	3.374.208,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	28.743.258,83	32.376.768,32	38.279.851,16	37.821.520,60	39.398.400,82	37.982.973,14	36.843.866,38	33.963.254,90	33.381.435,70	31.850.627,46	33.991.643,93	46.115.793,30	430.749.394,54	355.439.910,59

ANEXO D - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2024 A DEZ/2024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RS 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	37.018.113,10	44.142.033,26	35.759.539,89	36.607.024,33	60.728.465,71	40.109.737,92	58.487.680,83	44.003.769,22	40.446.135,19	42.905.786,11	33.851.469,99	58.954.799,56	533.014.555,11	515.637.994,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.533.800,40	6.656.158,15	7.093.195,48	8.175.758,99	15.224.584,36	9.529.041,98	9.853.483,64	8.607.080,10	8.593.153,16	9.184.897,31	7.774.909,39	9.862.461,97	109.088.524,93	114.270.373,00
IPTU	405.342,64	472.741,91	703.607,97	863.792,37	5.146.184,34	2.046.366,69	1.838.101,67	1.237.450,17	1.278.309,76	1.658.948,08	464.535,98	463.725,16	16.578.940,74	17.008.885,24
ISS	2.969.388,29	2.579.433,82	2.832.525,14	3.342.175,63	3.300.582,08	2.962.858,24	3.482.217,44	3.196.098,29	3.123.400,68	3.440.289,32	3.631.448,73	3.575.435,55	38.435.853,21	33.801.800,00
ITBI	559.938,34	381.250,40	523.228,64	562.176,07	550.829,69	550.075,54	795.981,83	693.965,61	472.879,82	694.206,68	653.318,77	555.251,97	6.993.103,36	13.959.465,00
IRRF	3.037.982,14	2.240.652,05	2.368.478,27	2.706.293,29	2.878.716,35	2.615.706,20	2.530.873,96	2.570.993,06	2.500.502,34	2.364.944,12	2.553.538,50	4.847.618,92	33.216.299,20	27.187.762,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.561.148,99	982.079,97	665.355,46	701.321,63	3.348.437,90	1.354.035,31	1.206.308,74	908.572,97	1.218.060,56	1.026.509,11	472.067,41	420.430,37	13.864.328,42	22.312.460,76
Contribuições	602.872,29	2.843.803,64	1.025.561,89	1.918.448,34	3.905.233,81	1.245.742,53	3.124.776,18	2.124.043,09	2.091.575,96	2.144.574,39	1.692.227,02	3.778.627,83	26.507.486,99	22.249.657,00
Receita Patrimonial	2.074.592,54	3.198.470,85	2.843.477,21	-1.368.174,16	4.106.828,25	592.667,15	6.562.163,15	4.269.041,22	910.795,13	1.718.460,26	1.077.308,78	951.786,14	26.937.416,52	62.965.048,25
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.973.999,01	3.104.966,80	2.725.781,00	-1.468.918,87	4.006.601,20	463.990,65	6.424.054,09	4.129.587,56	799.954,14	1.598.089,60	970.593,97	-3.287.181,66	21.441.517,49	61.692.496,85
Outras Receitas Patrimoniais	100.593,53	93.504,05	117.696,21	100.744,71	100.227,05	128.676,50	138.109,06	139.453,66	110.840,99	120.370,66	106.714,81	4.238.967,80	5.495.899,03	1.272.551,40
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.997,08	6.023,49	86,76	9.859,69	1.719,00	1.029,00	1.841,59	1.551,97	1.757,87	4.931,58	13.838,75	2.593,74	50.230,52	54.499,00
Transferências Correntes	25.688.785,50	31.328.708,05	24.454.994,38	27.652.444,95	37.342.129,15	28.503.630,86	38.778.187,69	28.724.218,11	28.256.420,42	29.728.211,95	23.036.655,29	43.260.164,04	366.754.550,39	314.271.179,00
Cota-Parte do FPM	5.443.270,59	7.401.492,44	4.614.424,62	4.839.856,66	5.630.056,24	6.046.278,59	6.551.657,52	5.125.183,87	5.337.161,70	4.464.452,50	5.714.703,04	9.218.570,52	70.387.608,29	63.909.394,00
Cota-Parte do ICMS	5.785.546,06	5.098.554,84	3.154.205,37	7.778.181,13	3.879.844,72	5.566.046,13	9.194.115,52	4.691.483,35	5.636.163,96	7.456.999,35	4.163.401,08	9.008.249,61	71.412.791,12	56.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	2.010.858,90	2.001.882,07	2.059.324,56	2.564.539,20	2.343.559,77	2.141.968,12	2.631.724,70	1.989.365,13	1.514.179,34	1.410.738,63	868.831,39	688.418,45	22.225.408,46	26.901.381,00
Cota-Parte do ITR	55.482,20	15.420,19	58.015,22	14.412,74	21.677,25	19.751,64	1.953,63	20.150,13	269.392,77	1.068.201,69	157.355,44	135.980,77	1.837.793,67	245.736,00
Transferências da LC 61/1989	19.714,98	18.643,44	7.900,59	27.451,50	20.441,89	20.530,92	46.576,25	31.382,18	19.735,26	43.239,16	0,00	62.658,30	318.274,47	148.405,00
Transferências do FUNDEB	7.312.215,84	9.393.457,59	6.269.084,61	6.567.256,55	8.961.171,40	7.354.578,51	7.456.473,83	9.310.712,03	5.759.145,60	8.193.853,80	6.695.526,76	10.357.511,11	93.630.987,63	89.700.000,00
Outras Transferências Correntes	5.061.696,93	7.399.257,48	8.292.021,41	5.860.747,17	16.484.877,68	7.354.476,95	12.895.686,24	7.555.941,42	9.720.641,79	7.090.726,82	5.436.837,58	13.788.775,28	106.941.686,75	77.366.263,00
Outras Receitas Correntes	113.065,29	108.869,06	342.224,17	218.686,52	147.971,14	237.626,40	157.228,58	277.834,73	592.432,65	124.710,62	256.530,76	1.099.165,84	3.676.345,76	1.827.238,22
DEDUÇÕES (II)	3.321.241,77	7.357.712,67	4.032.512,28	1.829.187,65	8.228.398,17	2.836.915,88	11.034.652,96	7.137.722,72	3.723.724,38	4.999.943,86	3.511.673,05	3.397.104,46	61.410.789,85	78.589.383,20
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	88.790,85	2.306.566,98	470.628,81	1.315.100,19	2.900.840,10	496.963,12	2.438.976,81	1.457.176,21	1.450.692,19	1.461.764,80	1.136.963,42	3.259.079,99	18.783.543,47	13.078.400,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	11.375,11	11.442,64	11.831,30	11.870,12	10.906,59	648,70	11.466,09	683,09	10.701,68	0,00	16.525,66	668.767,51	766.218,49	130.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	558.101,36	2.132.504,51	1.571.274,59	-2.542.670,82	2.937.435,51	-419.610,96	5.425.652,23	3.308.350,57	-63.138,17	649.452,89	177.325,87	-3.792.719,34	9.941.958,24	36.660.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	2.662.974,45	2.907.198,54	1.978.777,58	3.044.888,16	2.379.215,97	2.758.915,02	3.158.557,83	2.371.512,85	2.325.468,68	2.888.726,17	2.180.858,10	3.261.976,30	31.919.069,65	28.720.983,20
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	33.696.871,33	36.784.320,59	31.727.027,61	34.777.836,68	52.500.067,54	37.272.822,04	47.453.027,87	36.866.046,50	36.722.410,81	37.905.842,25	30.339.796,94	55.557.695,10	471.603.765,26	437.048.611,27
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	2.000.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	6.135.792,00	9.835.792,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDIAMENTO (V) = (III - IV)	33.696.871,33	34.784.320,59	31.127.027,61	34.777.836,68	52.500.067,54	37.272.822,04	46.353.027,87	36.866.046,50	36.722.410,81	37.905.842,25	30.339.796,94	49.421.903,10	461.767.973,26	437.048.611,27
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	33.696.871,33	34.784.320,59	31.127.027,61	34.777.836,68	52.500.067,54	37.272.822,04	46.353.027,87	36.866.046,50	36.722.410,81	37.905.842,25	30.339.796,94	49.421.903,10	461.767.973,26	437.048.611,27

ANEXO E - BALANCETE DO RAZÃO 2023



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

ANEXO TC-01
ISOLADO/NORMAL
Page 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES BALANÇE DO RAZÃO								12 - Dezembro/2023		
Elenco de Contas					Saldos Anteriores		Movimento		Saldos Atuais	
Código	UG	Nome da Conta	T	S	Devedores	Credores	Débito	Crédito	Devedores	Credores
1000000000000000		ATIVO		S	363.208.966,55		148.640.784,43	169.763.225,53	342.086.525,45	
1100000000000000		ATIVO CIRCULANTE		S	125.602.874,42		141.967.188,90	146.206.526,19	121.363.537,13	
1110000000000000		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		S	119.387.111,70		114.993.486,77	125.281.450,02	109.099.148,45	
1110000000000000		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		S	119.387.111,70		114.993.486,77	125.281.450,02	109.099.148,45	
1111000000000000		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO		S	119.387.111,70		114.993.486,77	125.281.450,02	109.099.148,45	
1111101000000000		CAIXA	A	P						
1111106000000000		CONTA ÚNICA RPPS		S						
1111106020000000		BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM REPARTIÇÃO	A	P						
1111119000000000		BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	A	P	103.421.459,15		112.281.065,70	121.994.153,03	93.708.371,82	
1111150000000000		APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	A	P	15.965.652,55		2.712.421,07	3.287.296,99	15.390.776,63	
1120000000000000		CRÉDITOS A CURTO PRAZO		S	2.126.758,78		26.099.116,45	16.264.072,47	11.961.802,76	
1121000000000000		CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		S	861,50		8.900.953,34	8.551.915,61	349.899,23	
1121100000000000		CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO		S	861,50		8.900.953,34	8.551.915,61	349.899,23	
1121101000000000		IMPOSTOS		S	861,50		8.900.953,34	8.551.915,61	349.899,23	
1121101050000000		IPTU	A	P	861,50		8.900.953,34	8.551.915,61	349.899,23	
1125000000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		S	2.044.536,08		16.511.689,67	6.996.473,43	11.559.752,32	
1125100000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO		S	2.044.536,08		16.511.689,67	6.996.473,43	11.559.752,32	
1125101000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		S	766.159,80		11.062.316,72	6.511.481,20	5.316.995,32	
1125101010000000		DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	A	P	341,57		21.388,37	14.889,94	6.840,00	
1125101050000000		DÍVIDA ATIVA DO IPTU	A	P	740.016,49		8.405.017,88	5.291.034,37	3.854.000,00	
1125101060000000		DÍVIDA ATIVA DO ITBI	A	P			27.700,00	15.730,00	11.970,00	
1125101070000000		DÍVIDA ATIVA DO ISS	A	P	25.801,74		2.608.210,47	1.189.826,89	1.444.185,32	
1125102000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		S	1.039.859,10		4.572.435,20	330.294,30	5.282.000,00	
1125102010000000		DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	A	P	48.056,86		1.302.991,91	69.048,77	1.282.000,00	
1125102020000000		DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	A	P	991.802,24		3.269.443,29	261.245,53	4.000.000,00	
1125103000000000		DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		S						
1125103010000000		DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	A	P	238.517,18		876.937,75	154.697,93	960.757,00	
1125199000000000		DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS	A	P						

1200000000000000	ATIVO NÃO CIRCULANTE	S	237.606.092,13		6.673.595,53	23.556.699,34	220.722.988,32	
1210000000000000	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	S	28.959.030,38		4.413.857,97	23.320.703,35	10.062.185,00	
1211000000000000	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	S	28.959.030,38		4.413.857,97	23.320.703,35	10.062.185,00	
1211100000000000	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	S	28.959.030,38		4.413.857,97	23.320.703,35	10.062.185,00	
1211101000000000	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	S	4.601.828,62		16.773,86	4.618.602,48		
1211101010000000	IMPOSTOS	A P	4.601.828,62		16.773,86	4.618.602,48		
1211104000000000	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	S	61.211.290,34		3.558.242,66	5.579.018,07	59.190.514,93	
1211104010000000	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS	A P	61.211.290,34		3.558.242,66	5.579.018,07	59.190.514,93	
1211105000000000	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	A P	21.765.767,17		838.841,45	101.410,29	22.503.198,33	
1211199000000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	S		58.619.855,75		13.021.672,51		71.641.528,26
1211199040000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	A P		42.693.731,26		7.137.212,05		49.830.943,31
1211199050000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	A P		15.926.124,49		5.884.460,46		21.810.584,95
1220000000000000	INVESTIMENTOS	S	1.956.724,03			26.460,91	1.930.263,12	
1221000000000000	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	S	1.930.263,12				1.930.263,12	
1221100000000000	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	S	1.930.263,12				1.930.263,12	
1221101000000000	PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	S	1.930.263,12				1.930.263,12	
1221101070000000	PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	A P	1.930.263,12				1.930.263,12	
1227000000000000	DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	S	26.460,91			26.460,91		
1227100000000000	DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	S	26.460,91			26.460,91		



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

**ANEXO TC-01
ISOLADO/NORMAL
Page 3**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES BALANCETE DO RAZÃO					12 - Dezembro/2023				ANEXO TC-01 ISOLADO/NORMAL Page 3	
Elenco de Contas					Saldos Anteriores		Movimento		Saldos Atuais	
Código	UG	Nome da Conta	T	S	Devedores	Credores	Débito	Crédito	Devedores	Credores
1227199000000000		DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	A	P	26.460,91			26.460,91		
1230000000000000		IMOBILIZADO	S		206.690.337,72		2.259.737,56	209.535,08	208.740.540,20	
1231000000000000		BENS MOVEIS	S		74.973.977,26		789.605,45		75.763.582,71	
1231100000000000		BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	S		74.973.977,26		789.605,45		75.763.582,71	
1231101000000000		MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	S		12.739.530,77		318.795,86		13.058.326,63	

2000000000000000	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	S		341.372.776,63	29.227.679,41	614.366.714,59		926.511.811,81
2100000000000000	PASSIVO CIRCULANTE	S		13.473.830,76	26.047.837,05	19.792.954,73		7.218.948,44
2110000000000000	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	S		3.319.623,04	8.203.241,13	5.936.550,12		1.052.932,03
2111000000000000	PESSOAL A PAGAR	S		2.072.756,02	6.877.262,79	4.804.506,77		
2111100000000000	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	S		2.072.756,02	6.877.262,79	4.804.506,77		
2111101000000000	PESSOAL A PAGAR	S		1.779.386,88	6.381.809,65	4.602.422,77		
2111101010000000	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	A P			2.883.918,00	2.883.918,00		
2111101020000000	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	A P		877.497,00	2.383.748,70	1.506.251,70		
2111101030000000	FÉRIAS	A P		901.889,88	1.101.984,19	200.094,31		
2111101040000000	LICENÇA- PRÉMIO	A P			12.158,76	12.158,76		
2111101990000000	DEMAIS PESSOAL A PAGAR	A P						
2111104000000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	S		290.531,78	490.531,78	200.000,00		
2111104020000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	A P		240.531,78	440.531,78	200.000,00		
2111104030000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS	A P		50.000,00	50.000,00			
2111106000000000	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	A P		2.837,36	4.921,36	2.084,00		
2112000000000000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	S			46.643,56	46.643,56		
2112200000000000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTRA OFSS	S			46.643,56	46.643,56		
2112207000000000	APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL A PAGAR	A P			46.643,56	46.643,56		
2113000000000000	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	S						
2113100000000000	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	S						
2113101000000000	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	A P						
2114000000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	S		1.246.867,02	1.279.334,78	1.085.399,79		1.052.932,03
2114100000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	S		441.931,67	444.065,41	2.133,74		
2114101000000000	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	S		26.374,08	26.374,08			
2114101020000000	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO	A P		26.374,08	26.374,08			
2114105000000000	FGTS	A P		369.283,47	369.283,47			
2114107000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	A P		46.274,12	46.274,12			
2114198000000000	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	A P			2.133,74	2.133,74		
2114200000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	S		690.744,17	479.750,31	841.938,17		1.052.932,03
2114201000000000	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	A P		1.167,96	441.969,08	440.801,12		
2114202000000000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS	S		689.576,21	37.781,23	401.137,05		1.052.932,03

2200000000000000	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	\$		43.084.566,76	3.179.842,36	594.573.759,86		634.478.484,26
2210000000000000	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	\$		9.351.813,79	606.408,72	1.648.548,70		10.393.953,77
2211000000000000	PESSOAL A PAGAR	\$		2.861.044,38		1.648.548,70		4.509.593,08
2211100000000000	PESSOAL A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	\$		2.861.044,38		1.648.548,70		4.509.593,08
2211103000000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	\$		2.861.044,38		1.648.548,70		4.509.593,08
2211103020000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	A P		2.136.057,50		434.833,33		2.570.890,83
2211103030000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS	A P		724.986,88		1.213.715,37		1.938.702,25
2214000000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	\$		6.490.769,41	606.408,72			5.884.360,69
2214100000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	\$		32.967,60	32.967,60			
2214101000000000	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	A P		32.967,60	32.967,60			
2214200000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA DFSS	\$		6.457.801,81	573.441,12			5.884.360,69
2214202000000000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS	\$		6.457.801,81	573.441,12			5.884.360,69
2214202010000000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS - PATRONAL - ANC	A P		6.457.801,81	573.441,12			5.884.360,69
2220000000000000	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	\$		26.084.371,86				26.084.371,86
2221000000000000	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	\$		26.084.371,86				26.084.371,86
2221100000000000	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - CONSOLIDAÇÃO	\$		26.084.371,86				26.084.371,86
2221102000000000	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	\$		23.658.058,27				23.658.058,27
2221102980000000	OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	A P		23.658.058,27				23.658.058,27
2221103000000000	OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	A P		2.426.313,59				2.426.313,59
2230000000000000	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	\$		7.636.083,27	2.561.135,80	10.027.714,85		15.102.662,32
2231000000000000	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	\$		7.636.083,27	2.561.135,80	10.027.714,85		15.102.662,32
2231100000000000	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	\$		7.636.083,27	2.561.135,80	10.027.714,85		15.102.662,32
2231104000000000	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	\$		1.206.185,87	2.212.148,81	7.053.573,81		6.047.610,87
2231104020000000	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCI	A P				5.924.229,55		5.924.229,55
2231104030000000	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO V	A P		1.206.185,87	2.212.148,81	1.129.344,26		123.381,32
2231106000000000	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	\$		4.011.398,87	348.986,99	2.677.782,18		6.340.194,06
2231106020000000	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÂC	A P		1.388.246,04	348.986,99	1.617.668,06		2.656.927,11
2231106030000000	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS	A P		2.623.152,83		1.060.114,12		3.683.266,95
2231110000000000	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO	\$		2.418.498,53		296.358,86		2.714.857,39
2231110020000000	CONTAS PARCELADAS A PAGAR	A P		2.418.498,53		296.358,86		2.714.857,39
2240000000000000	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	\$		12.297,84	12.297,84			

ANEXO F - BALANCETE DO RAZÃO 2024

 ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES							ANEXO TC-01 ISOLADO/NORMAL Page 1			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES BALANCETE DO RAZÃO							12 - Dezembro/2024			
Elenco de Contas					Saldos Anteriores		Movimento		Saldos Atuais	
Código	UG	Nome da Conta	T	S	Devedores	Credores	Débito	Devedores	Credores	
1000000000000000		ATIVO		S	327.293.983,09		148.415.371,18	154.723.068,68	320.986.285,59	
1100000000000000		ATIVO CIRCULANTE		S	88.347.026,91		128.479.033,20	132.062.872,19	84.763.187,92	
1110000000000000		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		S	77.160.477,31		110.099.553,69	111.538.932,15	75.721.098,85	
1111000000000000		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		S	77.160.477,31		110.099.553,69	111.538.932,15	75.721.098,85	
1111100000000000		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO		S	77.160.477,31		110.099.553,69	111.538.932,15	75.721.098,85	
1111101000000000		CAIXA	A	P						
1111119000000000		BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	A	P	69.091.625,95		109.375.098,07	110.759.026,49	67.707.697,53	
1111150000000000		APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	A	P	8.068.851,36		724.455,62	779.905,66	8.013.401,32	
1120000000000000		CRÉDITOS A CURTO PRAZO		S	6.982.553,93		17.751.778,39	15.838.912,35	8.895.419,97	
1121000000000000		CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		S			4.929.347,91	4.929.347,91		
1121100000000000		CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO		S			4.929.347,91	4.929.347,91		
1121101000000000		IMPOSTOS		S			4.929.347,91	4.929.347,91		
1121101050000000		IPTU	A	P			4.929.347,91	4.929.347,91		
1125000000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		S	6.971.938,69		12.262.356,56	10.652.575,28	8.581.719,97	
1125100000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO		S	6.971.938,69		12.262.356,56	10.652.575,28	8.581.719,97	
1125101000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		S	3.941.207,26		7.460.238,63	7.558.725,92	3.842.719,97	
1125101010000000		DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	A	P	11.005,05		74,92	8.840,00	2.239,97	
1125101050000000		DÍVIDA ATIVA DO IPTU	A	P	3.105.870,77		4.577.118,84	5.252.989,61	2.430.000,00	
1125101060000000		DÍVIDA ATIVA DO ITBI	A	P	14.432,84		1.080,00	9.032,84	6.480,00	
1125101070000000		DÍVIDA ATIVA DO ISS	A	P	809.898,60		2.881.964,87	2.287.863,47	1.404.000,00	
1125102000000000		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		S	2.717.650,50		3.672.101,95	2.600.752,45	3.789.000,00	
1125102010000000		DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	A	P	732.728,29		1.630.643,00	1.414.371,29	949.000,00	
1125102020000000		DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	A	P	1.984.922,21		2.041.458,95	1.186.381,16	2.840.000,00	
1125199000000000		DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS	A	P	313.080,93		1.130.015,98	493.096,91	950.000,00	
1126000000000000		DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		S	10.615,24		560.073,92	256.989,16	313.700,00	

1200000000000000	ATIVO NÃO CIRCULANTE	S	238.946.956,18		19.936.337,98	22.660.196,49	238.223.097,67	
1210000000000000	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	S	16.147.233,71		12.419.858,70	17.946.422,12	10.620.670,29	
1211000000000000	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	S	16.147.233,71		12.419.858,70	17.946.422,12	10.620.670,29	
1211100000000000	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	S	16.147.233,71		12.419.858,70	17.946.422,12	10.620.670,29	
1211101000000000	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	S	6.144.651,13		21,90	5.589.838,68	554.834,35	
1211101010000000	IMPOSTOS	A P	6.144.651,13		21,90	5.589.838,68	554.834,35	
1211104000000000	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	S	56.470.997,01		11.952.847,07	1.330.838,87	67.093.005,21	
1211104010000000	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS	A P						
1211104030000000	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	A P	40.335.940,62		8.374.716,55	487.680,40	48.222.976,77	
1211104040000000	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	A P	15.547.998,79		2.943.548,90	694.940,47	17.796.607,22	
1211104070000000	DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS	A P	587.057,60		634.581,62	148.218,00	1.073.421,22	
1211105000000000	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	S	25.173.113,83		466.989,73	289.410,31	25.350.693,25	
1211105030000000	DÍVIDA ATIVA DE ALUGUÉIS	A P	591.864,65		29.441,75	8.506,63	612.799,77	
1211105040000000	DEMAIS VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	A P	24.581.249,18		437.547,98	280.903,68	24.737.893,48	
1211199000000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	S		71.641.528,26		10.736.334,26		82.377.862,52
1211199040000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	A P		49.830.943,31		7.400.631,86		57.231.575,17
1211199050000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	A P		21.810.584,95		3.335.702,40		25.146.287,35
1220000000000000	INVESTIMENTOS	S	2.231.414,64		3.185.288,57		5.416.703,21	
1221000000000000	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	S	2.231.414,64		3.185.288,57		5.416.703,21	
1221100000000000	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	S	2.231.414,64		3.185.288,57		5.416.703,21	
1221101000000000	PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	S	2.231.414,64		3.185.288,57		5.416.703,21	
1221101010700000	PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	A P	2.231.414,64		3.185.288,57		5.416.703,21	
1230000000000000	IMOBILIZADO	S	220.568.307,83		4.331.190,71	4.713.774,37	220.185.724,17	

2000000000000000	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	S		343.987.029,86	1.313.343.078,74	808.110.716,61	161.245.332,27	
2100000000000000	PASSIVO CIRCULANTE	S		14.827.341,81	28.918.081,42	23.640.934,55		9.550.194,94
2110000000000000	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	S		3.347.223,01	6.855.101,38	5.407.664,22		1.899.785,85
2111000000000000	PESSOAL A PAGAR	S		2.127.070,00	5.857.520,22	4.840.894,00		1.110.443,78
2111100000000000	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	S		2.127.070,00	5.857.520,22	4.840.894,00		1.110.443,78
2111101000000000	PESSOAL A PAGAR	S		2.127.070,00	5.749.489,88	4.732.863,66		1.110.443,78
2111101010000000	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	A P			2.781.916,07	2.781.916,07		
2111101020000000	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	A P		1.021.100,36	2.601.900,16	1.580.799,80		
2111101030000000	FÉRIAS	A P		1.105.969,64	331.537,24	336.011,38		1.110.443,78
2111101040000000	LICENÇA - PRÊMIO	A P			34.136,41	34.136,41		
2111106000000000	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	A P			108.030,34	108.030,34		
2112000000000000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	S		111.895,48	111.895,48			
2112200000000000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTRA OFSS	S		111.895,48	111.895,48			
2112207000000000	APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL A PAGAR	A P		111.895,48	111.895,48			
2113000000000000	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	S						
2113100000000000	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR -CONSOLIDAÇÃO	S						
2113101000000000	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	A P						
2114000000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	S		1.108.257,53	885.685,68	566.770,22		789.342,07
2114100000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	S			1.439,79	1.439,79		
2114198000000000	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	A P			1.439,79	1.439,79		
2114200000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	S		1.066.236,25	721.967,79	445.073,81		789.342,07
2114201000000000	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	A P		254.928,35	699.591,92	444.663,57		
2114202000000000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS	S		811.307,90	22.375,87	410,04		789.342,07
2114202010000000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS – PATRONAL – CIRCULANTE	A P		811.307,90	22.375,87	410,04		789.342,07
2114300000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	S		42.021,28	162.278,10	120.256,82		
2114301000000000	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	S		39.342,37	127.913,81	88.571,44		
2114301010000000	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	A P		39.342,37	127.913,81	88.571,44		
2114303000000000	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	S			26.793,94	26.793,94		
2114303010000000	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	A P			26.793,94	26.793,94		
2114398000000000	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	A P		2.678,91	7.570,35	4.891,44		
2114500000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - MUNICÍPIO	S						
2114503000000000	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	S						
2114503010000000	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	A P						
2120000000000000	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	S		1.644.878,77	1.819.612,62	372.108,69		197.374,84

2200000000000000	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	S		628.770.595,30	1.095.976.575,26	596.021.360,00		128.815.380,04
2210000000000000	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	S		10.393.953,77	3.188.211,23	1.084.411,97		8.290.154,51
2211000000000000	PESSOAL A PAGAR	S		4.509.593,08		1.084.411,97		5.594.005,05
2211000000000000	PESSOAL A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	S		4.509.593,08		1.084.411,97		5.594.005,05
22110300000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	S		4.509.593,08		1.084.411,97		5.594.005,05
22110302000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	A P		2.570.890,83		108.346,90		2.679.237,73
22110303000000	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS	A P		1.938.702,25		976.065,07		2.914.767,32
22140000000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	S		5.884.360,69	3.188.211,23			2.696.149,46

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES							ANEXO TC-01 ISOLADO/NORMAL Page 8			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES BALANÇE DO RAZÃO							12 - Dezembro/2024			
Elenco de Contas					Saldos Anteriores		Movimento		Saldos Atuais	
Código	UG	Nome da Conta	T	S	Devedores	Credores	Débito	Crédito	Devedores	Credores
22142000000000		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	S		5.884.360,69	3.188.211,23			2.696.149,46	
22142020000000		CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS	S		5.884.360,69	3.188.211,23			2.696.149,46	
22142020100000		CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS - PATRONAL - ANC	A P		5.884.360,69	3.188.211,23			2.696.149,46	
22200000000000		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	S		23.886.376,44				23.886.376,44	
22210000000000		EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	S		23.886.376,44				23.886.376,44	
22211000000000		EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - CONSOLIDAÇÃO	S		23.886.376,44				23.886.376,44	
22211020000000		EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	S		21.460.062,85				21.460.062,85	
22211029800000		OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	A P		21.460.062,85				21.460.062,85	
22211030000000		OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	A P		2.426.313,59				2.426.313,59	
22300000000000		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	S		10.251.768,78	4.289.394,78	3.374.417,43		9.336.791,43	
22310000000000		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	S		10.251.768,78	4.289.394,78	3.374.417,43		9.336.791,43	
22311000000000		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	S		10.251.768,78	4.289.394,78	3.374.417,43		9.336.791,43	

ANEXO G - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2023 A DEZ/2023

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	RS 1			
	LIQUIDADAS																	
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023						
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	18.401.747,28	16.732.244,66	17.380.751,35	16.389.325,49	17.874.909,58	19.160.457,45	28.625.740,88	20.302.504,67	21.081.848,88	21.207.372,38	20.247.616,32	31.097.054,94	248.501.573,88	4.885,87				
Pessoal Ativo	17.251.072,88	15.647.017,75	15.984.933,57	14.882.555,38	16.260.433,15	17.466.221,31	26.246.531,35	18.715.385,73	19.339.580,32	19.673.775,32	18.786.535,13	28.837.755,38	229.091.797,27	4.885,87				
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.235.988,72	13.624.716,28	13.988.350,20	14.212.337,83	14.512.944,45	15.456.623,78	24.216.445,76	16.587.054,04	17.067.415,13	17.355.200,54	16.597.270,69	25.662.949,39	204.517.296,81	4.885,87				
Obrigações Patronais	2.015.084,16	2.022.301,47	1.996.583,37	670.217,55	1.747.488,70	2.009.597,53	2.030.085,59	2.128.331,69	2.272.165,19	2.318.874,78	2.189.264,44	3.174.805,99	24.574.500,46	0,00				
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.150.674,40	1.085.226,91	1.395.817,78	1.506.770,11	1.614.476,43	1.694.236,14	2.379.209,53	1.587.718,94	1.742.268,56	1.533.597,06	1.461.081,19	2.259.299,56	19.409.776,61	0,00				
Aposentadorias, Reserva e Reformas	886.087,01	816.718,67	1.114.671,99	1.219.101,10	1.314.042,91	1.385.064,46	1.927.864,29	1.276.146,43	1.424.279,48	1.225.811,02	1.151.645,14	1.783.101,19	15.524.533,69	0,00				
Pensões	264.587,39	268.508,24	281.145,79	287.669,01	300.433,52	309.171,68	451.345,24	310.972,51	317.989,08	307.786,04	309.436,05	476.198,37	3.885.242,92	0,00				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	1.471.003,23	1.454.680,20	2.139.451,74	1.861.502,14	1.979.212,83	2.080.610,98	2.692.927,43	2.362.880,84	2.897.403,18	2.970.988,14	2.287.910,41	3.567.563,90	27.766.135,02	717,87				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Contra	386.842,69	320.738,68	677.170,75	368.812,28	409.106,69	403.189,76	377.780,65	523.677,90	1.153.050,62	1.398.061,06	821.577,97	1.252.317,84	8.092.326,90	0,00				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	22.622,81	52.050,86	77.006,76	7.209,56	18.754,62	2.084,00	2.084,00	252.084,00	2.084,00	2.084,00	2.084,00	2.084,00	442.232,61	0,00				
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.862,50	53.862,50	717,87				
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.061.537,73	1.081.890,66	1.385.274,23	1.485.480,30	1.551.351,52	1.675.337,22	2.313.062,77	1.587.118,94	1.742.268,56	1.570.843,08	1.464.248,44	2.259.299,56	19.177.713,01	0,00				
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	16.930.744,05	15.277.564,46	15.241.299,61	14.527.823,35	15.895.696,75	17.079.846,47	25.932.813,45	17.939.623,83	18.184.445,70	18.236.384,24	17.959.705,91	27.529.491,04	220.735.438,86	4.168,00				
														VALOR % SOBRE RCL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													437.205.610,54					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													2.700.000,00					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)													3.756.216,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													430.749.394,54					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)													220.739.606,86	51,25				
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													232.604.673,05	54,00				
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													220.974.439,40	51,30				
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)													209.344.205,75	48,60				

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)												Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)			
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)												Percentual			
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)															0,00
DTP em 2021 (XII) (%)															0,00
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)															0,00
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)															0,00
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
% DTP (VII/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

ANEXO H - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2024 A DEZ/2024

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	RS 1			
	LIQUIDADAS																	
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024						
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	22.651.785,63	19.666.235,94	20.053.515,64	21.470.677,18	21.311.362,90	30.478.932,81	20.852.043,81	20.351.275,57	20.470.541,67	20.632.245,85	20.528.862,92	31.933.745,39	270.401.225,31	0,00				
Pessoal Ativo	21.093.645,54	18.039.613,74	18.432.674,02	19.636.675,84	19.535.296,68	27.778.214,67	19.005.863,38	18.448.301,94	18.517.296,21	18.638.514,08	18.538.738,51	28.982.013,83	246.646.848,44	0,00				
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.281.747,22	16.293.882,73	16.749.638,17	17.917.228,41	17.479.877,00	25.912.331,82	17.065.270,96	16.856.128,60	16.925.051,52	17.012.162,12	16.846.915,89	25.832.789,34	224.173.023,78	0,00				
Obrigações Patronais	1.811.898,32	1.745.731,01	1.683.035,85	1.719.447,43	2.055.419,68	1.865.882,85	1.940.592,42	1.592.173,34	1.592.244,69	1.626.351,96	1.691.822,62	3.149.224,49	22.473.824,66	0,00				
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.558.140,09	1.626.622,20	1.620.841,62	1.834.001,34	1.772.847,69	2.700.718,14	1.846.180,43	1.902.973,63	1.953.245,46	1.993.731,77	1.990.124,41	2.951.731,56	23.751.158,34	0,00				
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.226.985,28	1.270.609,97	1.279.124,18	1.459.990,34	1.402.403,34	2.135.903,77	1.463.030,45	1.516.579,16	1.570.573,55	1.598.175,43	1.597.149,61	2.365.017,47	18.885.542,55	0,00				
Pensões	331.154,81	356.012,23	341.717,44	374.011,00	370.444,35	564.814,37	383.149,98	386.394,47	382.671,91	395.556,34	392.974,80	586.714,09	4.865.615,79	0,00				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.218,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.218,53	0,00				
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	2.369.427,79	2.383.590,12	2.495.779,33	2.854.920,32	2.729.280,28	3.561.023,02	2.717.414,85	2.610.642,24	2.748.671,55	2.780.049,61	2.645.050,00	4.336.542,49	34.232.391,60	0,00				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	113.119,36	20.129,40	45.094,01	221.065,27	131.744,51	192.701,29	226.454,04	103.237,49	11.754,07	17.413,64	12.885,91	4.018,27	1.099.617,26	0,00				
Decorrentes da Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	25.163,46	47.427,68	139.169,07	83.137,63	125.910,00	27.030,30	74.225,06	37.672,25	194.177,87	96.830,23	9.048,03	108.030,34	967.821,92	0,00				
Despesas de Exercícios Anteriores do Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.558.140,09	1.626.622,20	1.629.742,47	1.834.001,34	1.774.697,69	2.700.718,14	1.846.180,43	1.902.973,63	1.956.526,06	1.993.731,77	1.990.124,41	2.951.731,56	23.765.189,79	0,00				
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	304.992,00	321.936,00	321.936,00	321.936,00	299.344,00	299.344,00	282.400,00	282.400,00	279.576,00	279.576,00	279.576,00	559.152,00	3.832.168,00	0,00				
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	368.012,88	367.474,84	359.837,78	394.780,08	397.584,08	341.229,29	288.155,32	284.358,87	306.637,55	392.497,97	353.415,65	713.610,32	4.567.594,63	0,00				
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	20.282.357,84	17.282.645,82	17.557.736,31	18.615.756,86	18.582.082,62	26.917.909,79	18.134.628,96	17.740.633,33	17.721.870,12	17.852.196,24	17.883.812,92	27.597.202,90	236.168.833,71	0,00				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE RCL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													471.603.765,26					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)													9.835.792,00					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)													0,00					
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													0,00					
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													0,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)													461.767.973,26					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + III b)													236.168.833,71	51,14				
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													249.354.705,56	54,00				
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													236.886.970,28	51,30				
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													224.419.235,00	48,60				

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2024			2024			2024		
1º Quadrimestre			2º Quadrimestre			3º Quadrimestre		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
54%	54,33%	0,33%	0,11%	54,22%	52,36%	-1,64%	54%	

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 1 de 3

R\$ 1

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)	
		Jan a Dez/2023	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	358.785.118,59		437.205.610,54
IPNU	84.766.777,00		103.506.344,69
ISS	15.075.526,00		16.812.478,22
ITBI	28.601.058,00		35.586.136,03
IRRF	6.782.167,00		9.596.274,13
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.296.419,00		27.914.292,93
Contribuições	16.011.607,00		13.597.163,38
Receita Patrimonial	7.539.098,00		7.824.928,41
Aplicações Financeiras (II)	18.024.560,00		20.972.776,80
Outras Receitas Patrimoniais	16.911.704,00		19.468.808,80
Transferências Correntes	1.112.856,00		1.503.968,00
Cota Parte do FPM	246.715.248,59		302.533.849,84
Cota Parte do ICMS	45.200.000,00		49.803.943,40
Cota Parte do IPVA	40.800.000,00		47.361.420,77
Cota Parte do ITR	18.144.842,40		18.152.405,93
Transferências da LC 61/1989	252.403,19		1.475.013,52
Transferências do FUNDEB	168.244,00		192.951,94
Outras Transferências Correntes	75.763.346,00		82.406.714,96
Demais Receitas Correntes	66.386.413,00		103.141.399,32
Outras Receitas Financeiras (III)	1.739.435,00		2.367.710,80
Receitas Correntes Restantes	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	1.739.435,00		2.367.710,80
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	341.873.414,59		417.736.801,74
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	32.580.000,00		38.881.871,18
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	27.000.000,00		41.799.949,14
Operações de Crédito (VIII)	15.651.400,00		16.419.379,16
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00		0,00
Aliciação de Bens	502.615,00		491.699,37
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00		0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00		0,00
Outras Alienações de Bens	502.615,00		491.699,37
Transferências de Capital	15.148.785,00		15.927.679,79
Convênios	14.344.766,00		5.887.661,69
Outras Transferências de Capital	804.019,00		10.040.018,10
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	15.651.400,00		16.419.379,16
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00		0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00		0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	390.104.814,59		473.038.052,08
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	357.524.814,59		434.156.180,90

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 2 de 3

R\$ 1

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	445.028.199,39	428.920.631,06	411.760.616,36	406.126.047,88	4.581.348,38	16.900.530,82	16.900.530,82
Pessoal e Encargos Sociais	237.056.635,53	235.271.230,56	235.266.344,69	235.232.136,22	30.239,60	196.241,66	196.241,66
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	4.098.740,95	3.919.015,77	3.919.015,77	3.919.015,77	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	203.872.822,91	189.730.384,73	172.575.255,90	166.974.895,89	4.551.108,78	16.704.289,16	16.704.289,16
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	203.872.822,91	189.730.384,73	172.575.255,90	166.974.895,89	4.551.108,78	16.704.289,16	16.704.289,16
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	440.929.458,44	425.001.615,29	407.841.600,59	402.207.032,11	4.581.348,38	16.900.530,82	16.900.530,82
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	24.096.000,00	22.017.522,30	22.002.221,95	22.002.221,95	0,00	18.640,98	18.640,98
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	132.355.185,50	37.512.455,09	12.861.399,60	12.235.414,96	793.595,57	6.494.301,74	6.494.301,74
Investimentos	128.920.273,74	34.096.583,97	9.518.903,01	8.892.918,37	793.595,57	6.494.301,74	6.494.301,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	3.434.911,76	3.415.871,12	3.342.496,59	3.342.496,59	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI +	128.920.273,74	34.096.583,97	9.518.903,01	8.892.918,37	793.595,57	6.494.301,74	6.494.301,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	748,96	748,96
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	593.995.732,18	481.115.721,56	439.362.725,55	433.102.172,43	5.374.943,95	23.414.222,50	23.414.222,50
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	569.849.732,18	459.098.199,26	417.360.503,60	411.099.950,48	5.374.943,95	23.394.832,56	23.394.832,56
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							11.146.713,20
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							-5.713.546,09

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	12.981.414,73

JUROS NOMINAIS	Jan a Dez/2023
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	19.457.600,88
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.190.622,99
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	10.553.431,80

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	26.808.480,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 3 de 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a Dez/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	49.231.765,24	53.040.401,17
DEDUÇÕES (XL)	136.167.035,10	141.737.596,25
Disponibilidade de Caixa	136.062.096,89	141.735.186,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	141.791.695,15	148.266.502,73
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	5.387.393,05	6.269.966,32
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	342.205,21	261.350,04
Demais Haveres Financeiros	104.938,21	2.409,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-86.935.269,86	-88.697.195,08
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		1.761.925,22
AJUSTE METODOLÓGICO		
		Jan a Dez/2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		882.573,27
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]		2.644.498,49
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		-13.622.479,40
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		89.965.919,90
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		89.965.919,90
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		40.769.000,00

ANEXO J - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2024/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 1 de 3

R\$ 1

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)	Jan a Dez/2024
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	437.048.611,27	471.603.765,26	
IPTU	114.270.373,00	109.088.524,93	
ISS	17.008.885,24	16.578.940,74	
ITBI	33.801.800,00	38.435.853,21	
IRRF	13.959.465,00	6.993.103,36	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.187.762,00	33.216.299,20	
Contribuições	22.312.460,76	13.864.328,42	
Receita Patrimonial	9.171.257,00	7.723.943,52	
Aplicações Financeiras (II)	26.305.048,25	16.995.458,28	
Outras Receitas Patrimoniais	25.032.496,85	11.499.559,25	
Transferências Correntes	1.272.551,40	5.495.899,03	
Cota Parte do FPM	285.550.195,80	334.835.480,74	
Cota Parte do ICMS	51.847.515,20	57.627.391,51	
Cota Parte do IPVA	44.800.000,00	57.130.233,10	
Cota Parte do ITR	21.521.104,80	17.780.327,06	
Transferências da LC 61/1989	196.588,80	1.470.235,09	
Transferências do FUNDEB	118.724,00	254.619,60	
Outras Transferências Correntes	89.700.000,00	93.630.987,63	
Demais Receitas Correntes	77.366.263,00	106.941.686,75	
Outras Receitas Financeiras (III)	1.751.737,22	2.960.357,79	
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	1.751.737,22	2.960.357,79	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	412.016.114,42	460.104.206,01	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	37.920.470,44	46.642.613,19	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	36.660.000,00	9.941.958,24	
Operações de Crédito (VIII)	11.944.043,00	23.366.494,17	
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	
Aliciação de Bens	980.000,00	3.922,75	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	
Outras Aliciações de Bens	980.000,00	3.922,75	
Transferências de Capital	10.964.043,00	23.362.571,42	
Convênios	9.700.000,00	16.166.948,81	
Outras Transferências de Capital	1.264.043,00	7.195.622,61	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	11.944.043,00	23.366.494,17	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	461.880.627,86	530.113.313,37	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	423.960.157,42	483.470.700,18	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2024/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 2 de 3

R\$ 1

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVII)	493.042.654,30	464.838.831,03	455.777.273,64	454.670.327,93	5.264.778,49	14.292.482,96	14.292.482,96
Pessoal e Encargos Sociais	262.202.577,16	252.988.521,82	252.988.521,82	252.947.758,08	34.208,47	4.268,00	4.268,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	3.735.320,27	3.132.677,18	3.132.677,18	3.132.677,18	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	227.104.756,87	208.717.632,03	199.656.074,64	198.589.892,67	5.230.570,02	14.288.214,96	14.288.214,96
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	227.104.756,87	208.717.632,03	199.656.074,64	198.589.892,67	5.230.570,02	14.288.214,96	14.288.214,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVII - XIX)	489.307.334,03	461.706.153,85	452.644.596,46	451.537.650,75	5.264.778,49	14.292.482,96	14.292.482,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	27.535.000,00	25.166.115,88	25.149.183,87	25.149.183,87	0,00	15.285,35	15.285,35
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	107.083.125,20	77.092.376,94	43.883.085,00	43.233.590,63	611.828,48	10.484.799,47	10.403.222,69
Investimentos	90.389.101,04	60.514.639,21	28.270.284,94	27.620.790,57	611.828,48	10.411.424,94	10.329.848,16
Inversões Financeiras	13.000.000,00	13.000.000,00	12.035.062,33	12.035.062,33	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	13.000.000,00	13.000.000,00	12.035.062,33	12.035.062,33	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	3.694.024,16	3.577.737,73	3.577.737,73	3.577.737,73	0,00	73.374,53	73.374,53
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX))]	103.389.101,04	73.514.639,21	40.305.347,27	39.655.852,90	611.828,48	10.411.424,94	10.329.848,16
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	30.000,00	13.058,71	13.058,71	13.058,71	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXIX + XXX)	620.261.435,07	560.399.967,65	518.112.186,31	516.355.746,23	5.876.606,97	24.719.193,25	24.637.616,47
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	592.696.435,07	535.220.793,06	492.949.943,73	491.193.503,65	5.876.606,97	24.703.907,90	24.622.331,12
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]						-16.756.656,30	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]						-38.221.741,56	

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-24.025.192,08

JUROS NOMINAIS	Jan a Dez/2024
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	11.499.559,25
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	2.345.474,82

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-29.067.657,13
---	----------------

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-15.085.272,92

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2024/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 3 de 3

R\$ 1

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2023 (a)	Jan a Dez/2024 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	53.040.401,17	50.991.772,88
DEDUÇÕES (XL)	141.737.596,25	112.208.257,37
Disponibilidade de Caixa	141.735.186,37	112.208.257,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	148.266.502,73	114.739.001,63
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	6.269.966,32	2.224.124,44
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	261.350,04	306.619,82
Demais Haveres Financeiros	2.409,88	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-88.697.195,08	-61.216.484,49
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-27.480.710,59
AJUSTE METODOLÓGICO		Jan a Dez/2024
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		-4.045.841,88
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]		-31.526.552,47
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		-40.680.636,90
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		91.613.686,72
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		91.613.686,72
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		49.500.470,44

ANEXO K - DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PLÁGIO



RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Andressa Godoy Vieira

CURSO: Ciências Contábeis

DATA DE ANÁLISE: 25.11.2025

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **8,85%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet

Suspeitas confirmadas: **8,26%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados

Texto analisado: **83,59%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analizado por Plagius - Detector de Plágio 2.9.6
terça-feira, 25 de novembro de 2025

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente ANDRESSA GODOY VIEIRA n. de matrícula **52794**, do curso de Ciências Contábeis, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 8,85%. Devendo a aluna realizar as correções necessárias.

Assinado digitalmente por: ISABELLE DA SILVA SOUZA
 Razão: Responsável pelo documento
 Localização: UNIFAEMA - Ariqueme/RO
 O tempo: 26-11-2025 16:21:36

ISABELLE DA SILVA SOUZA
Bibliotecária CRB 1148/11
 Biblioteca Central Júlio Bordignon
 Centro Universitário Faema – UNIFAEMA